

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIRAS ÍNTIMAS: CARACTERIZAÇÃO DO
FENÔMENO E AVALIAÇÃO DA REDE DE APOIO DAS VÍTIMAS**

Letícia Yuki de Araujo Furukawa

São Carlos – SP

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIRAS ÍNTIMAS: CARACTERIZAÇÃO DO
FENÔMENO E AVALIAÇÃO DA REDE DE APOIO DAS VÍTIMAS**

Letícia Yuki de Araujo Furukawa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como pré-requisito para obter o título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Comportamento e Cognição

Orientadores: Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa e Prof. Dr. André Vilela Komatsu

São Carlos – SP

2022

Financiamento



Projeto financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES; Processo 88887.640840/202100 vigente de 01/08/2021 a 30/05/2022) por meio de bolsa de Mestrado concedida a Letícia Yuki de Araujo Furukawa. A pesquisa foi desenvolvida no Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – LAPREV.

Sumário

Lista de Anexos.....	6
Lista de Siglas.....	7
Agradecimentos.....	8
Apresentação.....	10
Estrutura da Dissertação.....	12
Resumo.....	14
Abstract.....	15
Artigo 1 – Violência entre Parceiras Íntimas: Correlações entre Variáveis Sociodemográficas e Percepção de Suporte Social.....	16
Introdução.....	17
Método.....	20
Resultados.....	23
Discussão.....	27
Referências.....	34
Artigo 2 – Violência entre Parceiras Íntimas e Percepção de Suporte Social.....	39
Introdução.....	40
Método.....	44
Resultados.....	48
Discussão.....	50
Referências.....	55

Artigo 3 – Violência entre Parceiras Íntimas e Percepção de Suporte Social: Uma Análise de Classes Latentes Confirmatória.....	60
Introdução.....	61
Método.....	66
Resultados.....	70
Discussão.....	74
Referências.....	80
Considerações Finais.....	87
ANEXOS.....	89

Lista de Anexos

Anexo A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos.....	89
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	92
Anexo C – Critério Brasil.....	95
Anexo D – Escala Tática de Conflitos (Versão Resumida) (CTS).....	97
Anexo E – Escala de Percepção do Suporte Social (Versão Adulta) (EPSUS-A).....	98

Lista de Siglas

AIC – Critério de Informação Akaike

BIC – Critério de Informações Bayesianas

CTS – Escala Tática de Conflitos (Versão Resumida)

EPSUS-A – Escala de Percepção do Suporte Social (Versão Adulta)

LCA – Análise de Classes Latentes

LGB – Lésbicas, Gays e Bissexuais

OMS – Organização Mundial da Saúde

PSS – Percepção de Suporte Social

VPI – Violência entre Parceiras Íntimas

Agradecimentos

Primeiramente, quero agradecer aos meus pais, Ivone e Clayton, pelo carinho, acolhimento e apoio incondicional. Também por todo esforço e dedicação para me manter estudando todo esse tempo. Obrigada por sempre acreditarem em mim e nunca medir esforços para que eu conseguisse conquistar os meus objetivos.

À Marli, que acompanhou meu crescimento e me ensinou tantas coisas. Obrigada por torcer, acreditar e cuidar de mim, fazendo parte da minha vida desde pequena.

À minha namorada Ana Rita, que me acompanhou em mais da metade dessa jornada, ouvindo meus desabafos e comemorando minhas conquistas como se fossem as dela. Obrigada por toda a paciência e compreensão, quando não podia estar tão presente quanto gostaria, e por sempre acreditar em mim.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa e Prof. Dr. André Vilela Komatsu, pela confiança nesses últimos dois anos. Obrigada por acreditarem na minha capacidade e me motivarem em toda a realização deste trabalho. Aprendi muito nesses anos e pude desenvolver diversas habilidades (acadêmicas e pessoais) com o apoio de vocês.

Aos meus amigos e colegas, principalmente a Hariadny e Ariane, por todo acolhimento, conversas e ajudas ao longo dessa jornada. Ter percorrido esse caminho com vocês, ainda mais durante a pandemia, ajudou a deixar tudo mais leve. A amizade de vocês foi um dos presentes que quero levar muito além do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV).

Às mulheres lésbicas que compartilharam e participaram voluntariamente deste trabalho, sem a ajuda de vocês isso não seria possível.

Aos funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi), em especial ao Juan, por ser sempre muito paciente e nos ajudar prontamente com questões burocráticas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro deste trabalho.

A todos que ajudaram de alguma forma para que este trabalho pudesse ser realizado.

Apresentação

Este estudo se originou a partir de inquietações, experiências e interesse em conhecer e poder contribuir, de alguma forma, para a construção de conhecimento científico acerca da realidade, psicológica e social, de mulheres lésbicas. Esse interesse surgiu desde cedo na minha trajetória, tanto por questões pessoais, quanto acadêmicas. Esse desejo influenciou, por exemplo, o tema da minha monografia em 2018, em que pude explorar a temática de preconceito e lesbofobia.

Já os caminhos que me levaram até a temática da violência foram distintos. O primeiro contato que tive sobre este tema foi com uma disciplina na graduação, em que aprendíamos sobre intervenções psicológicas com vítimas de violência. Neste espaço, pude refletir sobre ações interventivas com as vítimas, com agressores, locais de intervenção e formas que a violência poderia se manifestar, assim como as dificuldades da vítima em sair de um relacionamento violento. Esta disciplina foi essencial para mim e, sem dúvidas, para a realização da presente pesquisa de mestrado. A partir dela pude, (in)felizmente, perceber muitas semelhanças entre os ciclos de violência nos relacionamentos e os comportamentos da minha própria namorada da época.

Entretanto, ainda era difícil fazer uma assimilação com a minha realidade. *“Mas nós somos duas mulheres, não deve ser assim que acontece, né?”*; *“Mas ela nunca me bateu, então não posso me colocar no mesmo lugar dessas vítimas, não seria justo com elas”*; *“Mas ela nunca fez por mal, ela só não sabe controlar as palavras e a forma de lidar comigo tem hora”*; *“Eu também faço perguntas sobre coisas que ela não gosta, a culpa é mais minha do que dela”*; *“Ela já teve um relacionamento violento e a outra mulher chegou a enforcá-la uma vez... então, nada que eu passo se compara a aquilo”*; *“Não quero que pensem que lésbicas são pessoas ruins”*; *“Não quero que pensem que ela é uma pessoa ruim”*. Esses eram alguns

pensamentos que passavam pela minha cabeça na época, que descobri, mais tarde, por acesso à literatura científica, serem recorrentes em mulheres lésbicas que estiveram ou estão inseridas em relacionamentos abusivos. Conversando com amigas e colegas lésbicas, pude compreender que existia uma dificuldade de identificar a violência, talvez pelo fato de sermos duas mulheres, pelo medo do julgamento de ser uma mulher lésbica e estar sofrendo esse tipo de situação ou outras questões relacionadas a dependência emocional.

Acredito que este foi o principal motivo de ter escolhido essa temática. Foi um período muito difícil e extremamente solitário, mas que criou uma inquietação e vontade de poder fazer alguma diferença para outras mulheres que passaram por situações parecidas com a minha. Quando o Professor Alex sugeriu correlacionarmos violência entre parceiras íntimas em relacionamentos homossexuais de mulheres e percepção de suporte social, achei a ideia incrível e um tema muito pertinente. Fiquei muito curiosa para estudar mais a fundo o assunto, já que é uma temática que carece de investigação, tanto no cenário nacional quanto internacional.

Neste trabalho tive a oportunidade de conhecer e aprender sobre as variáveis que influenciam, tanto na percepção de suporte social quanto na perpetuação da violência entre parceiros íntimos (neste caso, parceiras íntimas). Busquei trazer discussões e relações entre estes aspectos, levando em consideração as vulnerabilidades e particularidades que a população lésbica pode enfrentar nesta situação. Dessa forma, espero que este trabalho contribua para a reflexão e discussão deste tema.

Estrutura da Dissertação

Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar a violência entre parceiras íntimas, mais especificamente em relacionamentos homossexuais de mulheres, verificando a correlação com as redes de apoio afetivo e social das vítimas. Além disso, pretendeu-se analisar possíveis associações entre a presença da violência nesses relacionamentos e ausência de suporte social às vítimas, discutir fatores psicossociais que podem contribuir no rompimento ou manutenção de relacionamentos homossexuais de mulheres permeados por violência e averiguar as potencialidades e fragilidades nas redes de apoio das mulheres lésbicas vítimas de violência.

É do meu conhecimento a ampla discussão no contexto acadêmico acerca dos conceitos e siglas para representar a comunidade de gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais, entre outros. Ressalto, contudo, que adotei a abreviação LGB nesta dissertação, pois engloba especificamente as orientações sexuais investigadas nos estudos.

Esta dissertação foi dividida em três artigos. O Artigo 1, “Violência entre Parceiras Íntimas: Correlações entre Variáveis Sociodemográficas e Percepção de Suporte Social”, teve como objetivo verificar a associação entre Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) e a Percepção de Suporte Social (PSS), a partir da classificação socioeconômica, étnica e escolaridade em mulheres lésbicas brasileiras. O estudo, apesar de suas limitações, sugeriu que a violência em relacionamentos homossexuais de mulheres ocorre em todos os estratos sociais, independente da etnia e nível e escolaridade.

O Artigo 2, por sua vez, foi intitulado “Violência entre Parceiras Íntimas e Percepção de Suporte Social”. Este teve o objetivo de caracterizar a manifestação da violência em relacionamentos homossexuais de mulheres a partir de sua tipologia e frequência. Por meio da Análise de Classes Latentes (LCA) exploratória, foram encontradas quatro classes que correlacionavam a Violência entre Parceiras Íntimas (VPI) e a Percepção de Suporte Social

(PSS): Classe 1, baixa VPI e alta PSS; Classe 2, baixa VPI e baixa PSS; Classe 3, alta VPI e alta PSS; e Classe 4, alta VPI e baixa PSS. O estudo demonstrou que a VPI é um fenômeno heterogêneo e que outras variáveis atuam como fatores de risco e proteção.

Por fim, o Artigo 3, “Violência entre Parceiras Íntimas e Percepção de Suporte Social: Uma Análise de Classes Latentes Confirmatória”, se caracterizou por um estudo confirmatório do Artigo 2 desta dissertação. Dessa forma, o objetivo foi verificar se a tipologia identificada no Artigo 1 se confirmaria em uma amostra independente. O número de classes latentes, assim como a proporção de mulheres em cada classe se mantiveram neste segundo estudo. Os padrões de presença/ausência de violência e de suporte social seguiram os mesmos identificados no estudo exploratório e as variações entre nas probabilidades de cada categoria de resposta foram inexistentes ou fracas.

Os Artigos 1, 2 e 3 se propõem a fazer uma investigação introdutória sobre a VPI e a PSS com mulheres em relacionamentos homossexuais. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a ampliação do conhecimento acerca do fenômeno da violência nos relacionamentos de mulheres lésbicas, bem como contribua com a expansão do entendimento sobre o papel desempenhado pelas redes de apoio e proteção no rompimento de relações permeadas por violência.

Resumo

A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) é recorrente no cotidiano de muitas mulheres brasileiras. Apesar do reconhecimento dos impactos da VPI, bem como da existência de relacionamentos homossexuais de mulheres em inúmeras culturas, são escassos estudos que se debruçaram nas experiências de violência vivenciadas nesses relacionamentos, sobretudo no contexto nacional. A ausência de investigações voltadas para este segmento oculta os dados epidemiológicos e mascaram essa realidade nefasta. Levantou-se como hipótese que lésbicas que não têm a percepção de suporte das redes de apoio estão mais expostas à Violência entre Parceiras Íntimas (VPI), bem como têm mais dificuldades de romper com a parceira agressora. Com base nessas prerrogativas, o objetivo dessa pesquisa foi caracterizar a VPI, mais especificamente em relacionamentos homossexuais de mulheres, bem como analisar possíveis associações entre Percepção de Suporte Social (PSS). Trata-se de uma investigação quantitativa, com delineamento transversal, organizada em três estudos complementares que foram apresentados no formato de artigos. Participaram da investigação 1057 mulheres lésbicas brasileiras, com idades entre 18 e 58 anos. A coleta de dados foi online e foram utilizados os seguintes instrumentos: i) Critério de Classificação Socioeconômica Brasil; ii) Escala Tática de Conflitos Revisada (CTS-2); iii) Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) (EPSUS-A). O Artigo 1 teve como objetivo verificar a associação entre VPI e a PSS, a partir da classificação socioeconômica, étnica e escolaridade em mulheres lésbicas brasileiras. Os dados foram analisados a partir do coeficiente de correlação de Pearson, que não diferiram significativamente em relação aos dados de violência, sendo observado apenas diferenças em relação à PSS. O estudo, apesar de suas limitações, sugere que a violência em relacionamentos homossexuais de mulheres ocorre em todos os estratos sociais, independente da etnia e nível e escolaridade. Os Artigos 2 e 3 estão intimamente relacionados, pois a amostra foi dividida para que pudesse ser conduzida a Análise de Classes Latentes (LCA). No Artigo 2, objetivou-se, a partir de um modelo exploratório, caracterizar a manifestação da violência em relacionamentos homossexuais de mulheres (n = 634) a partir de sua tipologia e frequência, e analisar as possíveis associações entre violência e percepção de suporte social. Identificou-se quatro classes significativamente distintas em termos de padrões de violência sofrida e suporte social percebido. Os achados reforçaram que a relação entre violência entre parceiras e o suporte social consiste em um fenômeno heterogêneo, cujas variáveis nem sempre se relacionam diretamente. Subsequentemente, no Artigo 3, foi realizada a análise confirmatória. A amostra foi composta por 423 mulheres lésbicas e o número de classes obtidas no presente estudo, por meio da LCA, confirmou o número de classes do estudo exploratório. Todavia, os resultados desta investigação sugeriram que a percepção de suporte social pode reduzir a prevalência da violência no relacionamento de apenas uma parte das mulheres participantes. Outras variáveis psicológicas e sociais devem ser inseridas em estudos desse porte para detecção de outras dimensões que estão diretamente associadas com a redução ou perpetuação dos indicadores de violência em relacionamentos homossexuais de mulheres. Espera-se que esta investigação contribua para o desvelamento de questões obscurecidas no que se refere à manifestação de violência entre parceiras íntimas, bem como subsidie reflexões consistentes sobre o papel da rede de apoio no rompimento da violência nesses relacionamentos.

Palavras-chave: violência entre parceiras íntimas, relacionamento homossexual, lésbicas, rede de apoio

Abstract

Intimate Partner Violence (IPV) is recurrent in the daily lives of many Brazilian women. Despite the recognition of the impacts of IPV, as well as the existence of homosexual relationships between women in numerous cultures, there are few studies that have focused on the experiences of violence experienced in these relationships, especially in the national context. The absence of investigations focused on this segment hides the epidemiological data and mask this harmful reality. It was hypothesized that lesbians who do not have the perception of support from social support are more exposed to IPV, as well as having more difficulties in breaking up with the aggressor partner. Based on these prerogatives, the objective of this research was to characterize IPV, more specifically in women's homosexual relationships, as well as to analyze possible associations between Perceived Social Support (PSS). This is a quantitative investigation, with a cross-sectional design, organized into three complementary studies that were presented in the form of articles. A total of 1057 Brazilian lesbian women, aged between 18 and 58 years old, participated in the investigation. Data collection was online and the following instruments were used: i) Brazil Socioeconomic Classification Criteria; ii) Revised Tactical Conflict Scale (CTS-2); iii) Perceived Social Support Scale (adult version) (EPSUS-A). Article 1 aimed to verify the association between IPV and PSS, based on the socioeconomic, ethnic and educational classification of Brazilian lesbian women. Data were analyzed using Pearson's correlation coefficient, which did not differ significantly in relation to violence data, with only differences in relation to PSS being observed. The study, despite its limitations, suggests that violence in women's homosexual relationships occurs in all social strata, regardless of ethnicity and level and education. Articles 2 and 3 are closely related as the sample was split so that Latent Class Analysis (LCA) could be conducted. In Article 2, based on an exploratory model, the objective was to characterize the manifestation of violence in women's homosexual relationships (n = 634) based on its typology and frequency, and to analyze the possible associations between violence and the perception of social support. Four significantly different classes were identified in terms of patterns of violence suffered and perceived social support. The findings reinforced that the relationship between partner violence and social support is a heterogeneous phenomenon, whose variables are not always directly related. Subsequently, in Article 3, the confirmatory analysis was performed. The sample consisted of 423 lesbian women and the number of classes obtained in the present study, through the LCA, confirmed the number of classes in the exploratory study. However, the results of this investigation suggested that the perception of social support can reduce the prevalence of violence in the relationship of only a part of the participating women. Other psychological and social variables should be included in studies of this size to detect other dimensions that are directly associated with the reduction or perpetuation of indicators of violence in women's homosexual relationships. It is hoped that this investigation will contribute to the unveiling of obscured issues regarding the manifestation of violence between intimate partners, as well as subsidize consistent reflections on the role of the support network in the rupture of violence in these relationships.

Key words: intimate partner violence, homosexual relationship, lesbians, social support

Furukawa, L. Y. A., Komatsu, A. V. & Pessoa, A. S. G. (2022). Violência entre Parceiras Íntimas: Correlações entre Variáveis Sociodemográficas e Percepção de Suporte Social. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos.

Resumo

A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) em relacionamentos homossexuais ainda é um tema que necessita de intensa investigação. O objetivo deste artigo foi verificar a associação entre VPI e a Percepção de Suporte Social (PSS), a partir da classificação socioeconômica, étnica e escolaridade em mulheres lésbicas brasileiras. A amostra foi composta por 1056 mulheres brasileiras, lésbicas com idades entre 18 e 58 anos ($M = 24,8$; $DP = 5,2$). Os instrumentos, aplicados online, foram o Critério de Classificação Socioeconômica Brasil, Escala Tática de Conflitos Resumida e Escala de Percepção do Suporte Social. Os dados foram analisados a partir do coeficiente de correlação de Pearson que não diferiram significativamente em relação aos dados de violência, sendo observado apenas diferenças em relação à PSS. O estudo, apesar de suas limitações, sugeriu que a violência em relacionamentos homossexuais de mulheres ocorre em todos os estratos sociais, independente da etnia e nível e escolaridade.

Palavras-chave: violência; redes sociais; homossexualidade

Introdução

A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) é definida como a violência física, sexual e/ou psicológica contra o parceiro íntimo, assim como a coerção e/ou ameaça de tais atos (Yu et al., 2019). Indicadores internacionais apontam que as mulheres são as principais vítimas, sendo que 1 em 4 mulheres, maiores de 15 anos, já sofreu algum tipo de violência de um parceiro íntimo (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2021). A VPI pode estar associada a diversas consequências negativas às vítimas, como maior risco de desenvolvimento de sintomas depressivos e ansiosos, uso de substâncias e desenvolvimento de outros transtornos mentais (Messinger, 2011; Ogbe, et al., 2020). Já a Percepção de Suporte Social (PSS) é definida como a análise subjetiva da qualidade e disponibilidade da rede de apoio em momentos de necessidade (Cardoso & Baptista, 2014). Assim, a PSS é um fator importante para a proteção das vítimas, pois, de acordo com Ogbe et al. (2020), pode implicar na diminuição de sintomas depressivos e aumento do bem-estar. Além disso, a PSS pode motivar a vítimas na procura de ajuda por serviços especializados no atendimento de mulheres vítimas de violência (Ogbe et al., 2020).

Em relacionamentos homossexuais, a VPI apresenta indicadores tão ou mais elevados do que os que a que ocorre em casais heterossexuais (Messinger, 2011; Whitehead et al., 2020). Gehring e Vaske (2020) sugerem que a VPI em relacionamentos homossexuais está relacionada com maiores índices de sintomas depressivos, quando comparada com vítimas heterossexuais. Os autores indicam que tais resultados podem sofrer influência de outras variáveis, como pouca disponibilidade de recursos protetivos, como a PSS. Dessa forma, com base na literatura existente, entende-se que a PSS está correlacionada com melhores indicadores de saúde mental, maior autoestima e menores indicadores de sintomas de depressão e ansiedade em indivíduos pertencentes à comunidade de Lésbicas, Gays e Bissexuais (LGB) (Al-Khouja et al., 2021). Complementarmente, em vítimas de violência em relacionamentos homossexuais, a PSS atua

como um fator importante para as vítimas procurarem por ajuda de amigos e família, assim como de ajuda formal (Al-Khouja et al., 2021; Miller & Irvin, 2017).

Entretanto, os fenômenos de VPI e PSS são complexos e variam consideravelmente a depender das condições socioeconômicas, étnicas e do nível de escolaridade das vítimas e agressores (Dias et al., 2019; Steele et al., 2017). Reuter et al. (2017) indicaram, por exemplo, que mulheres lésbicas pretas estão em maior risco de sofrer violência, quando comparado com mulheres brancas ou de outras etnias, o que é semelhante aos achados na pesquisa de Steele et al. (2017). As pesquisas supracitadas sugerem que a falta de acesso e o medo de sofrer discriminação, tanto pela etnia, quanto pela orientação sexual, afeta a procura de ajuda de instituições formais por mulheres pretas em relacionamentos homossexuais (ver também Simpson & Helfrich, 2014). Glass e Few-Demo (2013) acrescentaram que o principal suporte informal de casais de lésbicas pretas é a própria parceira, que pode ser a agressora.

A baixa PPS e a ausência de uma rede de apoio fortalecida são temas relevantes e que carecem de investigações no contexto nacional. Garrett-Walker e Longmire-Avital (2018) sugerem que relacionamentos interpessoais significativos entre amigos e família afeta positivamente a saúde mental e aceitação da própria identidade por indivíduos pretos LGB¹. Assim, pode-se deduzir que a baixa PSS em determinados grupos étnicos podem implicar no agravamento ou intensificação de casos de VPI.

Na mesma direção, Reichel (2017) evidenciou que a maior vulnerabilidade socioeconômica do casal pode estar relacionada à VPI, o que também foi similar em estudos realizados em relacionamentos homossexuais (Santonnicolo et al., 2021). A OMS (2021) indicou que a instabilidade financeira, perda de bens e maiores índices de estresse são fatores de risco para a perpetuação ou vitimização de VPI. Além disso, Reichel (2017) sugere que

¹ Há ampla discussão no contexto acadêmico acerca dos conceitos e siglas para representar a comunidade de gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais, entre outros. O termo LGB foi adotado nesse artigo, pois engloba as orientações sexuais investigadas no estudo.

diferenças entre a condição socioeconômica dos indivíduos no relacionamento está associado a maiores níveis de VPI e na probabilidade de procurar ajuda ou não. Isso acontece, principalmente, pela dependência econômica da vítima ao agressor(a), diminuindo a possibilidade de a vítima sair daquela situação (OMS, 2021).

De acordo com a OMS (2021), a condição socioeconômica se relaciona com o nível educacional dos indivíduos, o que pode funcionar como um fator de proteção para as vítimas com níveis mais elevados de escolarização. Em outras palavras, mulheres com níveis educacionais mais elevados possuem, concomitantemente, melhores condições econômicas, maior acesso a serviços formais e suporte social, o que pode diminuir as chances de sofrerem ou permanecerem em situações de VPI (OMS, 2021), incluindo em relacionamentos homossexuais (Guadalupe-Diaz, 2013; Steele et al., 2017).

Em relação à PSS, Zhang et al. (2021), a partir de uma pesquisa conduzida com uma amostra chinesa de homossexuais, apontaram que níveis educacionais mais elevados afetam a percepção de solidão e de suporte social. Em contrapartida, a PSS está relacionada a taxas menores de sentimento de solidão e maior probabilidade de assumir a orientação sexual para sua rede de suporte.

Apesar das pesquisas descritas, principalmente no âmbito internacional, sobre a correlação existente entre VPI e PSS, este é um campo de estudos que ainda carece de investigações mais robustas, principalmente no que tange os relacionamentos homossexuais de mulheres. A partir de uma pesquisa assistemática na literatura, não foram identificados estudos empíricos sobre a VPI e PSS entre mulheres lésbicas brasileiras e possíveis correlações a partir de variáveis sociodemográficas. Dada as repercussões dessa problemática na vida das vítimas e a subnotificação de casos, torna-se urgente e necessário que a comunidade científica direcione esforços para este campo de investigação.

Assim, este estudo teve como objetivo verificar a associação entre VPI e PSS, a partir de classificação socioeconômica, étnica e escolaridade em mulheres lésbicas brasileiras. As principais hipóteses deste trabalho foram: (a) mulheres lésbicas com melhores condições socioeconômicas apresentam maiores índices de PSS e menores de VPI; (b) mulheres lésbicas pretas apresentam menores índices de PSS e maiores de VPI, quando comparado com outras etnias; (c) mulheres lésbicas com níveis de escolaridade mais elevados apresentam maiores índices de PSS e menores de VPI.

Método

Trata-se de um estudo quantitativo, exploratório e com delineamento transversal.

Participantes

Participaram 1057 mulheres, que se autodeclararam como do gênero feminino, com idades entre 18 e 58 anos ($M = 24,8$; $DP = 5,2$) e que se identificaram como lésbicas, ou seja, já tiveram relacionamento(s) fixo(s) ou esporádico(s) com outras mulheres. Os relacionamentos homossexuais foram considerados aqueles que as mulheres se relacionavam emocional e sexualmente apenas com outras mulheres, não sendo necessariamente um relacionamento monogâmico, namoro ou casamento.

A escolaridade das participantes assumiu a seguinte distribuição: Ensino Fundamental (2%), Ensino Médio Completo (11%), Ensino Superior Incompleto (44%) e Ensino Superior Completo (43%). Em relação à raça/cor autodeclarada, 10% se declararam pretas, 16% se declararam pardas, 72% se declararam brancas e 2% se declararam asiáticas, indígenas e outras. E, segundo a pontuação no Critério de Classificação Socioeconômica Brasil (CCSB, 2018), 9% das participantes são da Classe A, 15% da Classe B1, 35% da Classe B2, 27% da Classe C1, 13% da Classe C2 e 2% da Classe D-E.

Instrumentos

Critério de Classificação Socioeconômica Brasil: consiste em um instrumento estruturado e utilizado com o objetivo de avaliar o nível socioeconômico da participante. Foi utilizada a versão atualizada pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2018).

Escala Tática de Conflitos – Versão Reduzida (CTS): este é um instrumento construído originalmente por Straus et al. (1996) que possui o objetivo de avaliar o comportamento de parceiros íntimos em situações de conflito por meio de escala *likert*. Ou seja, quanto maior a soma das respostas, maior a violência sofrida ou perpetuada. A versão completa, Escala Tática de Conflitos Revisada (CTS-2), foi adaptada por Moraes e Reichenheim (2002) com validade adequada, apresentando coeficiente kappa acima de 0,75 para todas as escalas, exceto a de coerção sexual, e consistência interna variando de 0,65 a 0,86, tornando apta a sua utilização no contexto brasileiro. Foi utilizada a versão reduzida do instrumento, adaptada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1999), com o objetivo de diminuir a desistência das participantes devido a quantidade de itens do instrumento completo. A versão reduzida é composta por 10 itens que são divididos em quatro domínios: a) sem violência; b) violência verbal/emocional; c) violência física; e d) violência física grave.

Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) (EPSUS-A): construído originalmente por Rodriguez e Cohen (1998), adaptado e validado no Brasil por Cardoso e Baptista (2014), a EPSUS-A tem o objetivo de mensurar a percepção e qualidade de suporte social do indivíduo a partir da avaliação subjetiva do sujeito (Cardoso & Baptista, 2014) e os estudos de validação evidenciaram sua adequação em termos das propriedades psicométricas ($\alpha=0,94$). Assim como o CTS, a EPSUS-A também é estruturada em escala *likert*, sendo que quanto maior a soma dos itens, maior a percepção de suporte social. A versão brasileira possui 36 itens que são divididos em quatro dimensões: (a) afetivo, estão os itens relacionados a

percepção de suporte emocional, (b) interação social, relacionado a quantidade e qualidade de vínculos disponíveis, como companhias para atividades sociais, (c) instrumental, relacionado a ajuda material, financeira e questões voltadas para a saúde e (d) resolução de problemas, auxílio e conselhos na tomada de decisão do indivíduo.

Procedimentos

A pesquisa foi desenvolvida seguindo as normas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e das Resoluções 466/2012 e 510/2016, tendo a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (31530720.3.0000.5504). A participação foi viabilizada mediante a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os instrumentos foram adaptados para a plataforma *Google Forms* para que a coleta ocorresse virtualmente. Foram realizadas chamadas em redes sociais e o uso da técnica *snowball sampling* para o recrutamento das participantes. Após a manifestação do interesse, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) às participantes e o acesso aos instrumentos era autorizado após a assinatura.

Análise de Dados

As associações entre os escores das quatro dimensões da EPSUS-A (Afetivo, Interação Social, Instrumental e Enfrentamento de Problemas) e das três dimensões da CTS (Violência Psicológica, Violência Física e Violência Física Grave) foram estimadas a partir do coeficiente de correlação de Pearson. Para interpretar a força das associações entre as variáveis, foram adotados os critérios sugeridos por Cohen (1988), no qual $r = 0.1$ (efeito pequeno), $r = 0.3$ (efeito moderado) e $r = 0.5$ (efeito grande). Para verificar a associação entre VPI, PSS e as variáveis etnia, classe social e escolaridade, as participantes foram divididas aleatoriamente em grupos sociodemográficos e procedeu-se com a comparação em relação às suas pontuações nas

escalas EPSUS-A e CTS por meio do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis. Primeiro, as participantes foram divididas em grupos a partir da etnia autodeclarada, constituindo quatro grupos: Brancas (n = 762), Pardas (n = 170), Pretas (n = 103), Outras (n = 21). Similarmente, a amostra foi dividida em seis grupos a partir da classe socioeconômica: Classe A (n = 91), Classe B1 (n = 157), Classe B2 (n = 366), Classe C1 (n = 290), Classe C2 (n = 135) e Classe D-E (n = 17). Por último, foram constituídos quatro grupos a partir da resposta sobre a escolaridade: Fundamental (n = 16), Médio Completo (n = 115), Superior Incompleto (N = 467) e Superior Completo (n = 458). Para verificar as diferenças entre os grupos, foi calculado uma série de Mann-Whitney entre cada par de comparação, adotando a correção de Bonferroni (Haynes, 2013).

Resultados

Os coeficientes de correlação entre as dimensões da CTS variaram de 0,27 a 0,62 e entre as dimensões da EPSUS-A, de 0,54 a 0,94, conforme evidenciado na Tabela 1. Os coeficientes de correlação da modalidade de Violência Psicológica e as violências Física e Física Grave foram positivos e de magnitude moderada, enquanto a correlação entre as violências Física e Física Grave foram de grande magnitude. Os coeficientes de correlação das subescalas da EPSUS-A, entre si, foram todos positivos e de grande magnitude. Já os coeficientes de correlação das subescalas do CTS com as subescalas da EPSUS foram negativos e de fraca magnitude. A única interação que não se mostrou significativa foi entre a subescala Violência Psicológica do CTS e a subescala Apoio Instrumental da EPSUS ($r = -0,04, p > 0,05$).

Tabela 1. Coeficientes de correlação entre as subescalas da CTS e da EPSUS-A

	1. V. Psi.	2. V. Fís.	3. V. Fís. Grave	4. Afet.	5. Instr.	6. Inter. Sociais	7. Enfr. Prob.
1. CTS - Violência Psicológica	1						
2. CTS - Violência Física	0,39*	1					
3. CTS - Violência Física Grave	0,27*	0,62*	1				
4. EPSUS-A - Afetivo	-0,09*	0,12*	-0,13*	1			
5. EPSUS-A - Instrumental	-0,04	0,08*	-0,11*	0,54*	1		
6. EPSUS-A - Interações Sociais	-0,07*	0,06*	-0,07*	0,75*	0,55*	1	
7. EPSUS-A - Enfrentamento de Problemas	-0,11*	0,11*	-0,12*	0,86*	0,6*	0,73*	1
8. EPSUS-A - Total	-0,09*	0,11*	-0,13*	0,94*	0,76*	0,84*	0,92*

Nota: 1. V. Psi. = CTS – Violência Psicológica; 2. V. Fís. = CTS – Violência Física; 3. V. Fís. Grave = CTS – Violência Física Grave; 4. Afet. = EPSUS-A – Afetivo; 5. Instr. = EPSUS-A – Instrumental; 6. Inter. Sociais = EPSUS-A – Interações Sociais; 7. Enfr. Prob. = EPSUS-A – Enfrentamento de Problemas. * $p < 0,05$.

A Tabela 2 revelou que as pontuações nas escalas CTS e EPSUS-A não diferiram significativamente entre os grupos étnicos. Em relação às modalidades de violência, a Violência Psicológica foi a mais frequentemente reportada em todos os grupos, cerca de 3 vezes mais que a segunda modalidade mais frequente, a Violência Física. A Violência Física Grave foi a menos frequente. Em relação ao suporte social, a dimensão Afetiva foi a que, em média, foi mais percebida por todos os grupos, seguida pelas dimensões Enfrentamento de Problemas, Instrumental e, por último, Interações Sociais.

Tabela 2. Comparação dos grupos de cor/raça em relação aos escores nas escalas CTS e EPSUS-A

Variáveis	Branca (n = 762)		Parda (n = 170)		Preta (N = 103)		Outras (n = 21)		P
	M (DP)	Md n	M (DP)	Md n	M (DP)	Md n	M (DP)	Md n	
	CTS - Violência Psicológica	0,6 (0,5)	1,0	0,6 (0,5)	1,0	0,6 (0,5)	1,0	0,7 (0,5)	
CTS - Violência Física	0,2 (0,4)	0,0	0,2 (0,4)	0,0	0,2 (0,4)	0,0	0,2 (0,4)	0,0	0,86 0
CTS - Violência Física Grave	0,1 (0,3)	0,0	0,1 (0,3)	0,0	0,1 (0,3)	0,0	0,1 (0,3)	0,0	0,50 4
EPSUS-A - Afetiva	39,3 (9,6)	40,0	38,7 (10,0)	38,5	39,0 (10,3)	38,0	38,0 (9,4)	38,0	0,95 0
EPSUS-A - Instrumental	12,7 (5,7)	13,0	12,4 (6,2)	13,0	11,9 (5,4)	12,0	11,4 (4,7)	12,0	0,37 5
EPSUS-A - Interações Sociais	8,9 (3,4)	9,0	8,8 (3,6)	9,0	8,9 (3,6)	9,0	7,9 (3,7)	8,0	0,70 0
EPSUS-A - Enfrentamento de Problemas	14,3 (4,7)	14,0	13,7 (5,0)	14,0	14,0 (5,0)	14,0	13,6 (4,0)	14,0	0,64 6
EPSUS-A - Total	75,2 (20,3)	75,0	73,7 (22,1)	73,0	73,6 (21,9)	72,0	70,9 (19,0)	71,0	0,73 5

Nota: M = Média; DP = desvio-padrão; Mdn = Mediana.

Tabela 3. Comparação dos grupos de classes sociais em relação aos escores nas escalas CTS e EPSUS-A

Variáveis	CCSB A (n = 91)		CCSB B1 (n = 157)		CCSB B2 (n = 366)		CCSB C1 (n = 290)		CCSB C2 (n = 135)		CCSB D-E (n = 17)		p
	M (DP)	M dn	M (DP)	M dn	M (DP)	M dn	M (DP)	M dn	M (DP)	M dn	M (DP)	M dn	
CTS - Violência Psicológica	0,7 (0,5)	1,0	0,6 (0,5)	1,0	0,6 (0,5)	1,0	0,7 (0,5)	1,0	0,7 (0,5)	1,0	0,6 (0,5)	1,0	0,301
CTS - Violência Física	0,2 (0,4)	0,0	0,2 (0,4)	0,0	0,3 (0,4)	0,0	0,2 (0,4)	0,0	0,2 (0,4)	0,0	0,2 (0,4)	0,0	0,533
CTS - Violência Física Grave	0,1 (0,3)	0,0	0,1 (0,3)	0,0	0,1 (0,3)	0,0	0,1 (0,3)	0,0	0,1 (0,3)	0,0	0,2 (0,4)	0,0	0,786 < *
EPSUS-A - Afetiva	40,8 (8,5)	40,0	41,3 (9,1)	43,0	39,6 (9,3)	39,0	38,0 (10,2)	37,0	37,3 (10,5)	36,0	34,8 (9,7)	34,0	0,001 < *
EPSUS-A - Instrumenta l	13,8 (6,1)	15,0	13,4 (5,8)	15,0	13,0 (5,8)	13,0	11,5 (5,6)	11,0	11,8 (5,5)	12,0	11,6 (5,6)	12,0	0,001 < *
EPSUS-A - Interações Sociais	9,7 (3,5)	10,0	9,6 (3,5)	10,0	9,2 (3,4)	9,0	8,3 (3,3)	8,0	8,2 (3,3)	8,0	7,4 (3,7)	7,0	0,001 < *
EPSUS-A - Enfrentame nto de Problemas	14,9 (4,2)	14,0	15,1 (4,4)	15,0	14,5 (4,6)	14,0	13,5 (4,9)	14,0	13,4 (4,9)	14,0	12,2 (5,5)	13,0	0,003 < *
EPSUS-A Total	79,2 (19,7)	78,0	79,4 (19,5)	82,0	76,2 (20,1)	74,0	71,3 (21,1)	71,0	70,7 (21,7)	69,0	65,9 (22,2)	61,0	0,001 < *

Nota: M = Média; DP = desvio-padrão; Mdn = Mediana.

A Tabela 3 mostrou que os grupos de classe sociais diferem significativamente na Percepção de Suporte Social, mas não na Violência entre Parceiras Íntimas. Os pós-testes indicaram que as classes A e B1 percebem maior suporte social recebido, enquanto as classes C2 e D-E percebem menor suporte em todas as subdimensões. Em relação às modalidades de violência, a Psicológica segue sendo a mais frequente, seguido pela Violência Física e, por último, a Violência Física Grave, com incidências independentes da classe social.

Por último, a Tabela 4 indicou que os grupos por nível de escolaridade diferiram em relação à percepção de suporte social recebido nas dimensões Interações Sociais e Enfrentamento de Problemas, sendo que os grupos com menor escolaridade (Fundamental e Médio Completo) pontuaram significativamente abaixo dos demais. Embora os grupos não tenham se diferenciado na escala CTS, as médias das violências sofridas seguiram o mesmo

padrão das comparações anteriores, com a Violência Psicológica sendo a mais frequente, seguido pela Violência Física e, por último, a Violência Física Grave.

Tabela 4. Comparação dos grupos de níveis de escolaridade em relação aos escores nas escalas CTS e EPSUS-A

Variáveis	Fundamental (n = 16)		Médio Completo (n = 115)		Superior Incompleto (N = 467)		Superior Completo (n = 458)		p
	Md		Md		Md		Md		
	M (DP)	n	M (DP)	n	M (DP)	n	M (DP)	n	
CTS - Violência Psicológica	0,6 (0,5)	1,0	0,6 (0,5)	1,0	0,7 (0,5)	1,0	0,6 (0,5)	1,0	0,50 9
CTS - Violência Física	0,4 (0,5)	0,0	0,2 (0,4)	0,0	0,2 (0,4)	0,0	0,3 (0,4)	0,0	0,33 5
CTS - Violência Física Grave	0,2 (0,4)	0,0	0,1 (0,3)	0,0	0,1 (0,3)	0,0	0,1 (0,3)	0,0	0,64 2
EPSUS-A - Afetiva	35,7 (13,0)	36, 0	37,1 (10,7)	36, 0	39,3 (9,5)	40,0	39,6 (9,5)	40,0	0,13 0
EPSUS-A - Instrumental	11,2 (6,3)	11, 5	11,8 (6,1)	12, 0	12,9 (5,7)	13,0	12,4 (5,7)	13,0	0,15 6
EPSUS-A - Interações Sociais	6,8 (3,7)	6,5	8,1 (3,6)	8,0	9,0 (3,4)	9,0	9,1 (3,4)	9,0	0,00 8*
EPSUS-A - Enfrentamento de Problemas	11,6 (5,7)	11, 0	13,3 (5,2)	14, 0	14,3 (4,7)	14,0	14,3 (4,6)	14,0	0,04 6*
EPSUS-A - Total	65,3 (25,9)	65, 5	70,3 (22,9)	69, 0	75,5 (20,3)	75,0	75,3 (20,3)	74,0	0,06 2

Nota: M = Média; DP = desvio-padrão; Mdn = Mediana.

Discussão

O presente estudo contribuiu para a melhor compreensão do fenômeno da VPI em relacionamentos homossexuais de mulheres e sua associação à PSS, etnia, escolaridade e classe socioeconômica no contexto brasileiro. Foi possível observar que as variáveis da VPI e PSS se relacionaram negativamente, como esperado, ou seja, maiores níveis de VPI indicaram menores de PSS. Há diferenças significativas em relação aos grupos de classes sociais e níveis

de escolaridade com a variável de PSS, embora isso não tenha sido observado em relação à cor/raça autodeclarada. Além disso, não houve diferenças significativas em relação à violência sofrida nesses grupos sociodemográficos, o que sugere que a VPI não afeta nenhum grupo específico a partir da etnia, escolaridade ou classe socioeconômica, embora esses dados exijam análises cautelosas (sobretudo em relação às limitações da pesquisa, como será destacado posteriormente).

Em relação à identificação étnica das participantes, não foram observadas diferenças significativas em relação a PSS. Ainda são escassos estudos que investiguem diretamente a relação da etnia e o suporte social. Entretanto, Odafe, Salami e Walker (2017) indicaram que o suporte social é um fator importante para a diminuição de estresse, o aumento da autoestima e o aumento da sensação de pertencimento, sendo um fator protetivo importante para maiores níveis de saúde mental e menores níveis de estresse racial para pessoas pretas. Tais considerações também foram realizadas por Williams (2018), uma vez que o pesquisador discutiu a influência da etnia, preconceito racial e estresse e sua relação com menores níveis de saúde mental. O autor observou, por exemplo, que pessoas pretas e imigrantes que sofrem discriminação racial estão em maior risco de desenvolver sintomas de depressão e ansiedade, sendo o suporte social um importante fator de proteção para esta população. Nesse sentido, é importante observar que o presente estudo contou com uma representatividade maior de mulheres com altos níveis de escolaridade e classes socioeconômicas mais elevadas, o que pode ter interagido com a variável étnico-racial e contribuído para as similaridades dos grupos em relação à VPI e à PSS.

No que se refere à classe social no presente estudo, os estratos mais abastados (A e B1) perceberam receber mais suporte social que classes menos favorecidas (C2 e D-E). Cardoso e Batista (2014) indicam que a maior percepção de suporte social é um fator protetivo para maior qualidade de vida e maiores índices de saúde mental, sendo as variáveis socioeconômicas

fundamentais nessa mediação (Dias et al., 2019; Steele et al., 2017). Kivimäki et al. (2020) evidenciaram que pessoas desfavorecidas socioeconomicamente estão mais vulneráveis a desenvolverem transtornos mentais, transtornos por uso de substância, sofrerem violência e outros problemas de saúde, tornando as participantes do estrato C2 e D-E mais vulneráveis para tais adversidades. Park et al. (2017) sugeriram que a PSS é um fator importante para a diminuição de estresse para pessoas que vivenciam adversidades de natureza socioeconômica.

Em relação ao nível de escolaridade, as mulheres com ensino superior, comparadas às mulheres que completaram apenas o ensino fundamental ou o médio, revelaram perceber mais suporte social para as atividades relacionadas às interações sociais e de apoio para o enfrentamento de problemas, mas não para as dimensões afetivas e instrumentais. Uma hipótese seria que a relação entre a baixa escolaridade e níveis econômicos mais baixos em mulheres lésbicas vítimas de VPI dificulta o acesso dessas mulheres a interagir com diferentes grupos sociais e atividades de lazer (ver Steele et al., 2017). Zhang et al. (2021) sugeriram que maiores níveis educacionais se relacionam com melhor percepção de suporte social e menor percepção de solidão. Outra variável importante é a orientação sexual das vítimas, já que pessoas pertencentes à comunidade LGB estão mais propensas a se sentirem solitárias e terem dificuldade de construir redes de apoio afetiva e social (Gorczynski & Fasoli, 2021).

Como supracitado, não foi observado diferenças significativas em relação aos índices de violência e variáveis como classe socioeconômica, etnia e escolaridade, o que diverge de alguns estudos (Everett & Hughes, 2017; Monterrosa, 2019; Reichel, 2017; Steele). Reichel (2017) indicou que casais com menores condições econômicas e que apresentam menores níveis de escolaridade estão mais vulneráveis à VPI, o que também ocorre em relacionamentos homossexuais. Steele et al. (2017) sugeriram que mulheres em relacionamentos homossexuais que possuíam melhores condições socioeconômicas e, conseqüentemente, maiores níveis escolarização, possuíam menor probabilidade de experienciar VPI. Complementarmente,

mulheres lésbicas pretas estão em maior vulnerabilidade para sofrer VPI em seus relacionamentos (Steele et al., 2017).

Apesar dos dados diferirem do que a literatura aponta, ou seja, de que mulheres pretas estão mais vulneráveis a sofrer VPI (Steele et al., 2017), este estudo revelou que mulheres lésbicas de classes sociais mais altas também estão suscetíveis a sofrer este tipo de violência. Entretanto, uma hipótese para que este estrato não apareça frequentemente nos dados disponíveis na literatura ou nos dados epidemiológicos disponibilizados por agências governamentais, é pelo acesso mais frequente desse grupo a serviços particulares de saúde (Haselschwerdt & Hardesty, 2017). Além disso, Haselschwerdt e Hardesty (2017) sugeriram que a procura de ajuda por vítimas de altas classes mais favorecidas economicamente é influenciada pelo *status* da família e pela cultura da comunidade. Os autores ressaltam que apenas as mulheres que decidiram ignorar os padrões da comunidade divulgaram e procuraram serviços públicos, como abrigos e organizações de proteção à mulher (Haselschwerdt & Hardesty, 2017).

O fato de a coleta de dados ter ocorrido online influenciou diretamente nos resultados obtidos, criando vieses importantes a serem considerados. Foi possível observar, por exemplo, que as mulheres pretas participantes do presente estudo se distinguem da maioria das mulheres pretas brasileiras (IBGE, 2018), tanto em relação aos níveis de escolaridade quanto à condição socioeconômica. Isso pode explicar, ainda que parcialmente, o porquê os resultados desta pesquisa se diferenciam dos achados de pesquisas anteriores (Everett & Hughes, 2017; Monterrosa, 2019; Reichel, 2017; Steele et al., 2017), que revelaram correlações significativamente entre níveis de escolaridade e socioeconômicos com VPI e PSS. Assim, sugere-se que este estudo seja replicado com outras populações, em especial com mulheres lésbicas pretas, de baixa escolaridade e com dificuldades de acesso à internet.

Além disso, Monterrosa (2019) indicou que mulheres pretas vítimas de VPI possuem dificuldades em procurar ajuda, devido a influência de estereótipos da “mulher preta forte”. Tal estereótipo influencia na interpretação da intensidade da violência sofrida pelas mulheres pretas, já que, frequentemente, a gravidade da violência é considerada, por elas próprias e por terceiros, como de menor importância e menos grave, quando comparada aos mesmos episódios vivenciados por mulheres brancas (Monterrosa, 2019). Por outro lado, a OMS (2010, p. 26) aponta que a violência conjugal não estaria necessariamente associada às características da vítima ou ao status social do casal/família, mas com as diferenças de poder na relação, caracterizadas pela disparidade educacional e/ou econômica, além de outros problemas de natureza relacional.

Para Simpson e Helfrich (2014) mulheres pretas lésbicas enfrentam diversas barreiras quando precisam de ajuda para enfrentarem VPI, incluindo a falta de preparo de profissionais para atendê-las e o preconceito e discriminação vivenciados em serviços públicos. As autoras salientaram que a cultura, a política, a religião e o sistema patriarcal, somados ao status socioeconômico e de classe, o sexismo, o racismo e/ou status de pessoa com deficiência influenciam, veementemente, o fato de mulheres lésbicas não procurarem por ajuda quando são vítimas de VPI (Simpson & Helfrich, 2014). O estudo supracitado apresentou excertos de entrevistas conduzidas com mulheres pretas lésbicas que ilustram o medo que sentem por residirem em determinados territórios e de falarem abertamente sobre a violência que sofrem nos relacionamentos, seja pelo temor de sofrerem lesbofobia ou racismo. Tais condições, pontuaram as autoras, dificultavam a criação de laços com outras pessoas, conseqüentemente diminuindo a rede de proteção destas mulheres (Simpson & Helfrich, 2014). Essa percepção das mulheres pretas lésbicas também é observada por Sanger e Lynch (2018), que apontaram que elas podem usar de dispositivos heteronormativos, como a feminilidade, como forma de serem mais aceitas pela sociedade e terem uma rede de apoio mais consistente e fortalecida.

Este estudo reiterou ainda a hipótese de quanto maior a escolaridade e maior estrato econômico, há também maior percepção de suporte social para mulheres lésbicas, o que coaduna com a pesquisa de Shields e Price (2005). Uma hipótese é de que isso pode ser influenciado pela maior disponibilidade de recursos e de acesso a serviços e espaços de sociabilidade. Além disso, a própria OMS (2021) já pontuou que instabilidade financeira aumenta o risco de casos de VPI. A independência financeira pode ser um fator de proteção para vítimas de VPI, já que podem se sentir mais confortáveis para romperem com relacionamentos violentos (Prakash, Patra & Khanna, 2018). Todavia, esta é uma relação que merece de mais investimentos por parte da comunidade científica e, portanto, deve ser objeto de investigações futuras.

É importante frisar que os achados aqui apresentados são de natureza correlacional e devem ser interpretados à luz de sua principal limitação: o método de amostragem produziu uma super representatividade de mulheres brancas, com escolaridade e nível socioeconômico elevados. Dessa forma, os dados não podem ser lidos de forma descontextualizada e com ingenuidades, pois existem limitações e vieses, sobretudo em relação à falta de representatividade de determinados grupos sociais. Assim, é de suma importância que estudos desse porte sejam replicados com outras populações, atingindo, prioritariamente, mulheres pretas, indígenas, amarelas, de baixa escolaridade e provenientes de estratos socioeconômicos mais baixos.

Como já destacado, a amostra deste estudo não representa a realidade brasileira no que se refere às condições socioeconômicas e de pertencimento de classes sociais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE, 2018], a maior parte da população recebe, no máximo, até um salário mínimo. No entanto, boa parte das participantes desta pesquisa são provenientes da parte mais privilegiada da população em termos socioeconômicos. Outro dado importante é que os grupos não apresentaram diferenças estaticamente significativas nas

variáveis atinentes às violências, muito embora as participantes com maior escolaridade apresentaram maiores níveis de interação social e enfrentamento de problemas, sugerindo que a PSS é influenciada por outras variáveis. Além disso, seria importante caracterizar as parceiras das vítimas em relação às variáveis sociodemográficas e em termos do próprio relacionamento que vivem. Levanta-se como hipótese que tais variáveis, se analisadas de forma pormenorizada, podem auxiliar na compreensão das dinâmicas que ocorrem na VPI e mulheres lésbicas.

Apesar das limitações, o presente estudo se destaca pelo seu ineditismo e pioneirismo, pois trata-se da primeira investigação em contexto brasileiro que buscou verificar as associações entre VPI e PSS em uma grande amostra de mulheres lésbicas. Foi identificado que a violência entre mulheres lésbicas ocorre em todos os estratos sociais, independente da etnia e nível e escolaridade, o que auxilia na desmistificação do mito de que apenas as mulheres pobres e pretas sofrem violência. Ainda que tenha se confirmado a associação estatisticamente significativa entre VPI e PSS, não há dados que explicitem qual dessas duas variáveis exerce maior influência na vitimização desse grupo. Em outras palavras, ainda é necessário conduzir estudos que revelem se a baixa PSS pode tornar as mulheres mais vulneráveis a VPI, se as vítimas de VPI tem a sua rede de apoio enfraquecida ou se trata-se de um fenômeno bidirecional.

Por fim, compreende-se que os achados desta investigação devem informar pesquisas futuras sobre o fenômeno da violência em relacionamentos homossexuais entre mulheres e a investigação de fatores protetivos nesse contexto. É necessário, entretanto, a investigação de outras variáveis psicossociais que podem afetar a PSS e a VPI, como a disparidades de poder na relação e suas dinâmicas relacionais.

Referências

- Al-Khouja, M., Weinstein, N., & Legate, N. (2021). Long-term mental health correlates of socialsupportive relationships in a lesbian, gay, and bisexual sample. *Psychology & Sexuality, 12*(3), 180-192.
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2018). *Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 16/04/2018* [Modifications in the application of the Brazil Criterion, valid as of 04/16/2018]. São Paulo: ABEP. Retrieved from: https://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2018.pdf
- Cardoso, H. F., & Baptista, M. N. (2014). Scale of Perceived Social Support (adult version) - EPSUS-A: study of psychometric qualities. *Psico-USF, 19*(3), 499-510. doi: 10.1590/1413-82712014019003012
- Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences* (2nd ed.). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Dias, N. G., Costa, D., Soares, J., Hatzidimitriadou, E., Ioannidi-Kapolou, E., Lindert, J., ... & Fraga, S. (2019). Social support and the intimate partner violence victimization among adults from six European countries. *Family practice, 36*(2), 117-124. doi: 10.1093/fampra/cmy042
- Garrett-Walker, J. J., & Longmire-Avital, B. (2018). Resilience and depression: The roles of racial identity, sexual identity, and social support on well-being for Black LGB emerging adults. *Journal of Black Sexuality and Relationships, 4*(4), 1-15.
- Gehring, K. S., & Vaske, J. C. (2017). Out in the open: The consequences of intimate partner violence for victims in same-sex and opposite-sex relationships. *Journal of interpersonal violence, 32*(23), 3669-3692.
- Glass, V. Q., & Few-Demo, A. L. (2013). Complexities of informal social support arrangements for Black lesbian couples. *Family Relations, 62*(5), 714-726.

- Gorczynski, P., & Fasoli, F. (2021). Loneliness in sexual minority and heterosexual individuals: a comparative meta-analysis. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, 1-18.
- Guadalupe-Diaz, X. (2013). An exploration of differences in the help-seeking of LGBTQ victims of violence by race, economic class and gender. *Gay & Lesbian Issues and Psychology Review*, 9(1), 15–33
- Haselschwerdt, M. L., & Hardesty, J. L. (2017). Managing secrecy and disclosure of domestic violence in affluent communities. *Journal of Marriage and Family*, 79(2), 556-570.
- Haynes W. (2013). Bonferroni Correction. Em W. Dubitzky, O. Wolkenhauer, K.H. Cho e H. Yokota (eds), *Encyclopedia of Systems Biology*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-9863-7_1213
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2018). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*.
- Kivimäki, M., Batty, G. D., Pentti, J., Shipley, M. J., Sipilä, P. N., Nyberg, S. T., ... & Vahtera, J. (2020). Association between socioeconomic status and the development of mental and physical health conditions in adulthood: a multi-cohort study. *The Lancet Public Health*, 5(3), e140-e149.
- Messinger, A. M. (2011). Invisible victims: Same-sex IPV in the national violence against women survey. *Journal of interpersonal violence*, 26(11), 2228-2243. doi: 10.1177/0886260510383023
- Miller, B., & Irvin, J. (2017). Invisible scars: Comparing the mental health of LGB and heterosexual intimate partner violence survivors. *Journal of homosexuality*, 64(9), 1180-1195.
- Monterrosa, A. E. (2019). How race and gender stereotypes influence help-seeking for intimate partner violence. *Journal of interpersonal violence*, 36(17-18), NP9153-NP9174.

- Moraes, C. L., & Reichenheim, M. E. (2002). Cross-cultural measurement equivalence of the Revised Conflict Tactics Scales (CTS2) Portuguese version used to identify violence within couples. *Cadernos de Saúde Pública*, *18*, 783-796. doi: 10.1590/S0102-311X2002000300022
- Odafe, M. O., Salami, T. K., & Walker, R. L. (2017). Race-related stress and hopelessness in community-based African American adults: Moderating role of social support. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, *23*(4), 561.
- Ogbe, E., Harmon, S., Van den Bergh, R., & Degomme, O. (2020). A systematic review of intimate partner violence interventions focused on improving social support and/mental health outcomes of survivors. *PLoS one*, *15*(6), e0235177.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2010). *Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: Ação e produção de evidência*. Organização Mundial da Saúde. Recuperado em: https://www.who.int/violence_injury_prevention/publications/violence/9789241564007_eng.pdf
- Park, N., Heo, W., Ruiz-Menjivar, J., & Grable, J. E. (2017). Financial hardship, social support, and perceived stress. *Journal of Financial Counseling and Planning*, *28*(2), 322-332.
- Patra, P., Prakash, J., Patra, B., & Khanna, P. (2018). Intimate partner violence: Wounds are deeper. *Indian journal of psychiatry*, *60*(4), 494.
- Reichel, D. (2017). Determinants of intimate partner violence in Europe: The role of socioeconomic status, inequality, and partner behavior. *Journal of interpersonal violence*, *32*(12), 1853-1873.
- Reuter, T. R., Newcomb, M. E., Whitton, S. W., & Mustanski, B. (2017). Intimate partner violence victimization in LGBT young adults: Demographic differences and associations with health behaviors. *Psychology of violence*, *7*(1), 101.

- Rodriguez, M. S. & Cohen, S. (1998). *Social support. Encyclopedia of mental health. 3.* New York: Academic Press.
- Santonico, F., Trombetta, T., & Rollè, L. (2021). The Help-Seeking Process in Same-Sex Intimate Partner Violence: a Systematic Review. *Sexuality Research and Social Policy*, 1-21.
- Shields, M. A., & Price, S. W. (2005). Exploring the economic and social determinants of psychological well-being and perceived social support in England. *Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics in Society)*, 168(3), 513-537.
- Simpson, E. K., & Helfrich, C. A. (2014). Oppression and barriers to service for black, lesbian survivors of intimate partner violence. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 26(4), 441-465.
- Steele, S. M., Everett, B. G., & Hughes, T. L. (2020). Influence of perceived femininity, masculinity, race/ethnicity, and socioeconomic status on intimate partner violence among sexual-minority women. *Journal of interpersonal violence*, 35(1-2), 453-475.
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The Revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and Preliminary Psychometric Data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283–316. doi: 10.1177/019251396017003001
- Whitehead, J., Dawson, M., & Hotton, T. (2020). Same-sex intimate partner violence in Canada: Prevalence, characteristics, and types of incidents reported to police services. *Journal of interpersonal violence*, 0886260519897342.
- Williams, D. R. (2018). Stress and the mental health of populations of color: Advancing our understanding of race-related stressors. *Journal of health and social behavior*, 59(4), 466-485.
- World Health Organization. (2021). *Violence against women prevalence estimates, 2018: Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence*

against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women. Geneva, Switzerland: Author. Retrieved from <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>

Yu, R., Nevado-Holgado, A. J., Molero, Y., D'Onofrio, B. M., Larsson, H., Howard, L. M., & Fazel, S. (2019). Mental disorders and intimate partner violence perpetrated by men towards women: A Swedish population-based longitudinal study. *PLoS medicine*, *16*(12), e1002995.

Zhang, Z., He, F., Liu, S., Tang, H., Li, J., & Zou, J. (2021). A Study on the Relationship Between Homosexuals' Coming-Out, Self-identity, Loneliness and Perceived Social Support. *Psychology and Behavioral Sciences*, *10*(2), 63.

Furukawa, L. Y. A., Pessoa, A. S. G., & Komatsu, A. V. (2022). Lesbian Intimate Partner Violence and Perceived Social Support. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 36, e3206. doi:https://doi.org/10.1590/1982-4327e3206

Violência entre Parceiras Íntimas e Percepção de Suporte Social

Resumo: A violência entre parceiros íntimos é recorrente no cotidiano de muitas mulheres brasileiras, mas suas características são pouco estudadas em relacionamentos homossexuais. O objetivo deste estudo foi caracterizar a manifestação da violência em relacionamentos homossexuais de mulheres a partir de sua tipologia e frequência, e analisar as possíveis associações entre violência e percepção de suporte social. A amostra foi composta por 634 adultas brasileiras, lésbicas, com idades entre 18 e 58 anos. As participantes responderam a três instrumentos online: Critério de Classificação Socioeconômica Brasil, Escala Tática de Conflitos e Escala de Percepção do Suporte Social. Por meio da análise de classes latentes, identificou-se quatro classes significativamente distintas em termos de padrões de violência sofrida e suporte social percebido. Os achados reforçam que a relação entre violência entre parceiras e o suporte social consiste em um fenômeno heterogêneo, cujas variáveis nem sempre se relacionam diretamente.

Palavras-chave: violência, redes sociais, homossexualidade, violência contra mulher

Lesbian Intimate Partner Violence and Perceived Social Support

Abstract: Violence between intimate partners is recurrent in the daily lives of many Brazilian women, but its characteristics are little studied in same-sex relationships. The aim of this article was to characterize the manifestation of violence in homo-affective relationships among women based on its typology and frequency and to analyze the possible associations between violence and social support. The sample consisted of 634 Brazilian lesbians adults aged 18 to 58 years who answered three online instruments: Brazil Socioeconomic Classification Criteria, Conflict Tactics Scales (Brief version), and Perception of Social Support Scale. Through latent class analysis, we identified four significantly different classes in terms of patterns of violence suffered and perceived social support. The findings reinforce that the relationship between violence between partners and social support is a heterogeneous phenomenon, in which the variables are not always directly associated.

Keywords: violence, social networks, homosexuality, violence against women

Violencia entre Parejas Íntimas y Percepción de Apoyo Social

Resumen: La violencia entre parejas íntimas es recurrente en la vida diaria de muchas mujeres brasileñas, pero sus características son poco estudiadas en las relaciones homosexuales. El objetivo de este artículo fue caracterizar la manifestación de la violencia en las relaciones homosexuales entre mujeres con relación a su tipología y frecuencia, y analizar las posibles asociaciones entre violencia y apoyo social. Participaron 634 adultas brasileñas lesbianas, de 18 a 58 años que respondieron a tres instrumentos en línea: Criterios de Clasificación Socioeconómica de Brasil, Escala Resumida de Conflicto Táctico y Escala de Percepción de Apoyo Social. A través del análisis de clases latentes, identificamos cuatro clases significativamente diferentes en términos de patrones de violencia sufrida y apoyo social percibido. Los hallazgos refuerzan que la relación entre violencia entre parejas y apoyo social es un fenómeno heterogéneo, en el que las variables no siempre están directamente relacionadas.

Palabras clave: violencia, redes sociales, homosexualidad, violencia contra la mujer

A violência consiste em um problema mundial de saúde pública que afeta, direta ou indiretamente, a vida de milhões de pessoas (World Health Organization [WHO], 2021). Embora não haja uma definição única e consensual da violência, a Organização Mundial da Saúde apresenta uma definição amplamente aceita por acadêmicos e cientistas, caracterizando-a como a ameaça ou prática de força física contra si próprio ou outra pessoa, grupo ou comunidade, trazendo consequências prejudiciais, como sofrimento, morte, privação e danos psicológicos ou no desenvolvimento (Krug et al., 2002). Além disso, esta definição inclui as negligências e os variados tipos de abuso, seja ele físico, sexual ou psicológico, assim como outras ações contra si mesmo, como o suicídio e atos auto infligidos.

A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) consiste em um subtipo de violência interpessoal, cujas condutas causam danos físicos, psicológicos ou sexuais e podem envolver ações controladoras direcionadas à parte considerada mais vulnerável da relação (Messinger, 2011). Notadamente, a VPI é mais recorrente contra as mulheres (WHO, 2021). A violência contra a mulher é definida pelas Nações Unidas como atos de violência de gênero contra a mulher em que o resultado seja quaisquer tipos de danos ou sofrimentos, sejam eles físicos, sexuais ou mentais, o que inclui, assim, atos de ameaça, coerção ou privação de liberdade, seja na vida pública ou privada da vítima (Pan American Health Organization [PAHO], 2017).

A Folha Informativa da Violência Contra as Mulheres (PAHO, 2017) expôs que são inúmeras as consequências para as mulheres vítimas de violência por parceiros íntimos. Os efeitos são constatados num amplo espectro, mas repercutem na saúde física, psicológica, sexual e reprodutiva, tanto de longo quanto de curto prazo (Miller & Irvin, 2017; PAHO, 2017). Além disso, a prevalência de sintomas psicopatológicos em mulheres vítimas de violência já foi amplamente debatida pela literatura (Spencer et al., 2019). Por exemplo, os indicadores de ansiedade e depressão em mulheres vítimas de violência são alarmantes, assim como prejuízos físicos, danos psicológicos e a baixa autoestima (Gerino et al., 2018; Ogbe et al., 2020). É

importante destacar que a manifestação da VPI é heterogênea. Os casos ocorrem independentemente da classe econômica, idade, etnia, escolaridade e orientação sexual das vítimas (Dias et al., 2019; Santos et al., 2019; Luz & Gonçalves, 2014; Steele et al., 2020). Ainda assim, estudos sobre VPI em relacionamentos homossexuais são escassos.

Uma revisão sistemática da literatura realizada por Edwards et al. (2015) evidenciou que apenas 3% da bibliografia disponível acerca da VPI envolvia a população de Lésbicas, Gays e Bissexuais (LGB). Além disso, algumas áreas do conhecimento, como a psicologia e psiquiatria, corroboraram para a patologização e marginalização dessa comunidade (Gonçalves & Carvalho, 2019). O termo “homossexualismo”, por exemplo, cujo sufixo indica doença, permaneceu por mais de um século nos manuais classificatórios de transtornos mentais na Associação Americana de Psiquiatria, sendo retirado somente em 1973 (Gonçalves & Carvalho, 2019).

A luta e a conquista de visibilidade pela comunidade LGB possibilitou o reconhecimento de algumas vulnerabilidades enfrentadas por este grupo e a criação de políticas públicas. Tais conquistas influenciam diretamente ações no campo da saúde, educação e, certamente, da segurança dessa população (Gonçalves & Carvalho, 2019). Nesse sentido, advoga-se que as diversas ciências, inclusive a psicológica, devam se debruçar para a compreensão dos fenômenos psicológicos e sociais acerca dessa população, incluindo o fenômeno da violência que perpassa os relacionamentos homossexuais.

Apesar do reconhecimento dos impactos da VPI, bem como da existência de relacionamentos homossexuais de mulheres em inúmeras culturas, são escassos estudos que se debruçaram nas experiências de violência vivenciadas nesses relacionamentos, sobretudo no contexto nacional. A ausência de investigações voltadas para este segmento ocultam os dados epidemiológicos e mascaram essa realidade nefasta. Steele et al. (2020) destacam que a VPI de minorias sexuais pode ser tão danosa quanto a de relacionamentos heterossexuais. Além disso,

Edwards et al. (2015) argumentam que a violência doméstica é vista a partir de uma visão heteronormativa, ou seja, como se os “casais reais” fossem, essencialmente, heterossexuais, invisibilizando a violência que ocorre entre casais homossexuais.

Ainda que nas últimas décadas o tema da VPI começou a ser mais discutido, há estudos que mostram que ocorre a subnotificação dos casos no Brasil, evidenciando falhas nas estratégias adotadas para o encaminhamento dos casos ao poder público (Ferreira & Moraes, 2020). É razoável supor que este cenário seja similar ou ainda mais preocupante nos relacionamentos homossexuais. A falta de diálogo sobre a violência dentro da própria comunidade LGB também é reforçado pelo medo de fortalecer estereótipos negativos sobre a comunidade (Luz & Gonçalves, 2014). Estudos já realizados sobre o tema mostram que o índice de violência em relacionamentos homossexuais pode ser tão alto quanto os heterossexuais (Luz & Gonçalves, 2014; Messinger, 2011).

Na pesquisa de Messinger (2011) envolvendo 14.182 participantes norte-americanos, foi constatado que a VPI em casais homossexuais era maior quando comparado com os heterossexuais. O autor descreveu que uma das hipóteses sobre o alto percentual de violência poderia ser a influência dos fatores estressores que essa minoria vivencia, como situações de preconceito, estigma e exclusão social. Ressaltou, ainda, a necessidade de investigações mais detalhadas sobre as especificidades da violência que ocorrem em relacionamentos homossexuais.

Segundo Topa (2010), a VPI em relacionamentos homossexuais tem um aspecto particular que é sua dupla discriminação. No caso das lésbicas, além de sofrerem preconceito por se relacionarem afetivamente com outras mulheres, sofrem com o impacto do fenômeno intitulado “duplo armário” (Topa, 2010). O primeiro armário se refere ao termo popular conhecido como “estar no armário”, quando lésbicas ou qualquer pessoa da comunidade LGB escondem ou negam sua orientação sexual por medo de represálias. Já o “segundo armário”

seria o comportamento desta mulher de esconder do seu grupo social a violência sofrida no relacionamento íntimo. Para Santos et al. (2019) este é um dos motivos para que essas mulheres permaneçam nesses relacionamentos, já que o medo de sofrerem algum tipo de preconceito ou represália as silenciam e impede que sejam acionadas as redes de apoio social. As autoras citam, ainda, a cultura presente no Brasil de culpabilização da mulher quando a mesma é vítima de VPI.

O suporte social é visto como um fator de proteção em situações de violência, podendo influenciar a percepção de pertencimento, validação e o quanto a vítima se sente acolhida e protegida em sua rede de apoio (Dias et al., 2019). A Percepção de Suporte Social (PSS) está diretamente relacionada aos processos de resiliência em mulheres vítimas de violência e na diminuição de sintomas psicológicos (Machisa et al., 2018). Miller e Irvin (2017) sugerem que a percepção de suporte social também afeta a saúde mental de pessoas LGB vítimas de VPI. Dessa forma, foi observado que o suporte emocional de amigos, família e acesso aos serviços da comunidade, como abrigos voltados a vítimas de violência, consistem em fatores importantes para a proteção e promoção de saúde mental nas vítimas (Miller & Irvin, 2017).

Com base nestas constatações, levanta-se como hipótese que lésbicas que se encontram isoladas e sem o suporte de redes de apoio podem sofrer mais drasticamente quando estão expostas à Violência entre Parceiras Íntimas (VPI), bem como terem mais dificuldades de romper com a parceira agressora. Por possuírem particularidades, em especial em função do modelo patriarcal imposto, os relacionamentos homossexuais de mulheres necessitam de uma análise diferenciada e pormenorizada. Analisar e comparar estes casos de VPI tendo como referência os relacionamentos heterossexuais é uma forma simplista e reducionista de compreender um fenômeno complexo como a violência (Santos et al., 2019).

Com base nos argumentos expostos, entende-se como de extrema relevância, científica e social, a condução de pesquisas acerca da VPI, já que são praticamente inexistentes no Brasil

estudos com esse recorte. Assim, o objetivo deste estudo foi caracterizar a manifestação da violência em relacionamentos homossexuais de mulheres a partir de sua tipologia e frequência, e analisar as possíveis associações entre violência e percepção de suporte social.

Método

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e de abordagem quantitativa.

Participantes

Participaram 634 mulheres, com idade entre 18 e 58 anos ($M = 24,8$; $DP = 5,2$), que se identificaram como lésbicas e que já tiveram um relacionamento fixo ou esporádico com outras mulheres. Não participaram da investigação mulheres menores de 18 anos ou àquelas que não se identificavam como lésbicas. Os relacionamentos homossexuais foram considerados aqueles em que mulheres se envolveram emocionalmente ou sexualmente com outra mulher, independentemente do período desta relação, não sendo necessariamente um namoro, casamento ou relacionamento monogâmico.

Instrumentos

Critério Brasil: refere-se a um instrumento estruturado e utilizado com o objetivo de mensurar o nível socioeconômico da participante/família, a partir da renda mensal, posse de bens e grau de instrução dos demais membros da família. Foi utilizada a versão atualizada pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2018).

Escala Tática de Conflitos – Versão Reduzida (CTS): trata-se de um instrumento estruturado no modelo likert, que mensura gradualmente as atitudes quando os indivíduos se encontram em conflitos domésticos e nos relacionamentos, identificando como os parceiros íntimos se comportam nessas situações. Dessa forma, quanto maior a pontuação, maior o

número de episódios de violência. A escala foi originalmente desenvolvida por Straus et al. (1996). A versão completa, Escala Tática de Conflitos Revisada (CTS2), foi adaptada e validada no Brasil apresentando coeficiente kappa acima de 0,75 para todas as escalas, exceto a de coerção sexual, e consistência interna variando de 0,65 a 0,86, tornando-a adequada para utilização em pesquisas no contexto brasileiro (Moraes & Reichenheim, 2002). Já a versão reduzida foi adaptada no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas em 1999. No presente estudo optou-se pela versão reduzida do instrumento, devido a sua extensão e visando diminuir eventuais desistências das participantes. A versão reduzida é composta por 10 itens que se subdividem nas seguintes dimensões: (a) sem violência; (b) violência verbal/emocional; (c) violência física; e (d) violência física grave.

Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) (EPSUS-A): foi construída por Rodriguez e Cohen (1998) e sua validação no Brasil foi realizada por Cardoso e Baptista (2014), apresentando níveis de confiabilidade satisfatórios ($\alpha = 0,94$). A versão brasileira é composta por 36 itens, divididos em 4 dimensões: (i) afetivo - itens que envolvem suporte emocional em que o indivíduo é capaz de identificar e se apoiar; (ii) interação social - itens em que indivíduo é capaz de perceber possíveis vínculos disponíveis, tais como atividades sociais ou aquelas voltadas ao lazer; (iii) instrumental, percepção de suporte material, como ajuda financeira ou à saúde; e (iv) enfrentamento de problemas, percepção dos conselhos e ajudas nas tomadas de decisões do indivíduo. O objetivo desta escala é avaliar funcionalmente o suporte social, ou seja, analisar quais suportes estão disponíveis e o quão satisfeitos os respondentes estão com a sua rede (Cardoso & Baptista, 2014). Assim como a CTS, a EPSUS-A é estruturada em modelo *likert*, de modo que quanto maior a pontuação, maior é o suporte social percebido do respondente.

Procedimentos

Coleta de dados. As participantes foram recrutadas online, por meio de redes sociais e por meio da técnica de *snowball sampling*. Os questionários utilizados foram adaptados para que a aplicação ocorresse na plataforma do Google Forms. Foram realizadas chamadas em redes sociais e em grupos já constituídos em outras mídias digitais, solicitando para que as possíveis participantes manifestassem interesse. Dada as questões de pesquisa e a possibilidade de não adesão das participantes em função de uma possível identificação, não foi questionado acerca da cidade ou estado de origem. Assim, dado o alcance das redes sociais cujo link foi divulgado, a amostra é composta por mulheres de todo o Brasil. Ao entrar em contato, a pesquisadora explicou o objetivo da investigação e como ocorreria a coleta de dados. Mediante a leitura e assinatura digital do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elas acessavam os instrumentos que foram empregados.

Análise de dados. Foi empregada a Análise de Classes Latentes (LCA, da sigla em inglês) para identificar os agrupamentos de pessoas, utilizando como variáveis de entrada (*input*) a Violência sofrida por Parceiras Íntimas (três itens dicotomizados referentes às dimensões Violência Psicológica, Violência Física e Atentado contra a Vida, sendo 1 o indício da presença de ao menos um episódio de violência e 0 a ausência) e a Percepção de Apoio Social (quatro itens dicotômicos referentes às dimensões Afetiva, Enfrentamento de Problemas, Instrumental e Interações Sociais, sendo 1 indicativo de um escore alto e 0 de escore moderado ou baixo, adotando como referência as normas do instrumento).

A LCA foi realizada com o pacote estatístico *poLCA* implementado no software estatístico R 4.0.3. Primeiro, foi gerado um modelo de três classes e estimou-se seus parâmetros. Em seguida, foram gerados novos modelos, incrementando uma classe em cada etapa até o novo modelo não apresentar nenhuma vantagem teórica ou estatística em relação

aos modelos anteriores. No total, identificou-se modelos potencialmente relevantes contendo de 3 a 7 classes. Os critérios estatísticos para identificar o modelo com melhor ajuste foram o Critério de Informações Bayesianas (BIC) e o Critério de Informação Akaike (AIC). Também foram utilizadas representações visuais e tabulares para identificar o ajuste conceitual de cada modelo, dando prioridade ao modelo com maior parcimônia e interpretabilidade, com o intuito de evitar estimar mais parâmetros do que o necessário para representar os dados acuradamente.

Para validar a heterogeneidade entre os grupos, comparou-se os escore total na Escala de Percepção do Suporte Social (EPSUS-A) e da frequência de violência sofrida dentro do relacionamento íntimo (CTS, considerando todas as modalidades de violência) por meio de modelos de regressão de classes latentes (Hagenaars & McCutcheon, 2002). Também foram incluídas variáveis sociodemográficas (cor/raça e classificação socioeconômica) nos modelos de regressão para aferir diferenças entre as classes/agrupamentos nessas dimensões.

Especificamente, buscou-se identificar agrupamentos internamente homogêneos (intragrupo) e externamente heterogêneo (intergrupos) em relação às possíveis combinações de respostas para esses dois construtos: (1) Vitimização por Violência entre Parceiros Íntimos: (a) Psicológica, (b) Física e (c) Contra a Vida; e (2) Suporte Social: (a) Afetivo, (b) Material (Instrumental), (c) em Atividades Sociais (Interação Social) e (d) para Enfrentamento de Problemas. A partir da identificação de diferentes padrões (agrupamentos) de manifestação desses dois fenômenos, o segundo objetivo específico consistiu em verificar diferenças demográficas e sociais entre esses grupos.

Considerações Éticas

A pesquisa seguiu rigorosamente as recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e o projeto de pesquisa foi desenvolvido a partir das Resoluções 466/2012 e 510/2016. O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos

avaliou a proposta e emitiu parecer favorável quanto a realização do estudo - CAAE nº 31530720.3.0000.5504. Participaram da pesquisa somente as mulheres que leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados

O modelo com quatro classes latentes foi o que apresentou melhor ajuste estatístico ($AIC_3 = 3330$, $AIC_4 = 3293$, $AIC_5 = 3297$, $AIC_6 = 3306$, $AIC_7 = 3317$; $BIC_3 = 3419$, $BIC_4 = 3413$, $BIC_5 = 3449$, $BIC_6 = 3489$, $BIC_7 = 3530$) e a melhor coerência teórica. A Figura 1 revelou que a Classe 1 (23% da amostra) caracteriza-se por baixa probabilidade de sofrer VPI e alta probabilidade de PSS, indicando ser o grupo de mulheres com o relacionamento mais saudável e com melhor PSS. A Classe 2 (50%) também possui baixa prevalência de VPI, porém, possuem baixa PSS, o que as coloca em uma condição de vulnerabilidade. A Classe 3 (5%) consiste de mulheres que possuem alta PSS, mas ainda assim sofrem VPI, denotando a possibilidade de a PSS potencialmente atuar como fator protetivo em alguns estratos, mas não em outros – como neste caso em específico. Por último, a Classe 4 (22%) é composta por mulheres com altos indicadores de VPI em seus relacionamentos e baixa PSS, representando o grupo com maior vulnerabilidade para a VPI.

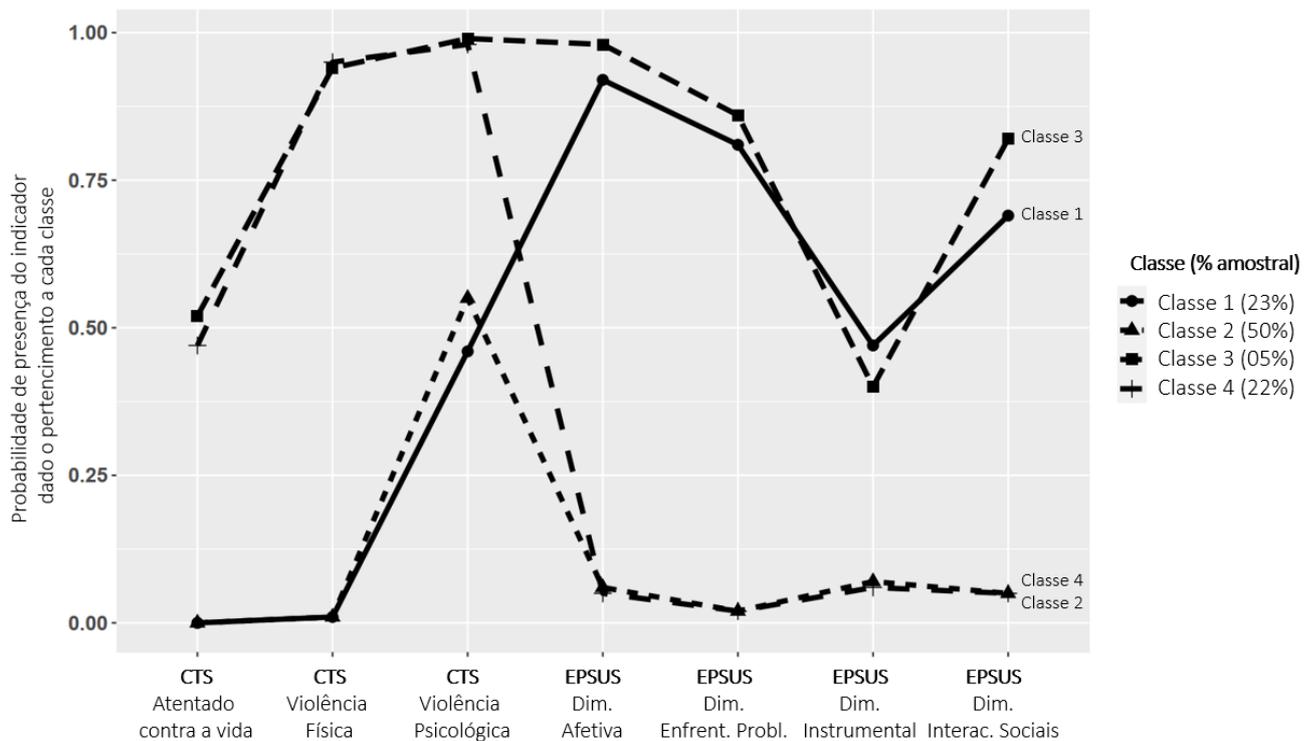


Figura 1. Probabilidade de presença dos indicadores de violência e de suporte social dado o pertencimento à cada classe

CTS = Escala de Tática de Conflitos Resumida (1 = foi vítima da modalidade de violência indicada); EPSUS = Escala de Percepção do Suporte Social, versão adulta (1 = possui suporte na dimensão indicada).

Fonte: autores.

A Tabela 1 sintetiza as principais estatísticas descritivas de cada classe. A análise de regressão para classes latentes não identificou efeitos significativos das variáveis sociodemográficas idade, classe socioeconômica e raça/cor nas classes identificadas. Com relação a todas as dimensões da EPSUS-A, bem como o escore total na escala, as classes 1 e 3 obtiveram pontuações significativamente maiores que as classes 2 e 4 ($p < 0,001$). Já em relação à escala CTS, os resultados indicam que as classes 1, 2 e 4 vivenciaram episódios de violência nos relacionamentos em uma frequência significativamente maior que a classe 3 ($p < 0,001$).

Tabela 1. Estatísticas descritivas das classes identificadas

Variáveis	Classe 1			Classe 2			Classe 3			Classe 4		
	<i>M</i>	I.C. Inf.	I.C. Sup.									
Idade	24,8	24	25,6	24,3	23,8	24,8	26,3	24,1	28,4	25,4	24,6	26,2
EPSUS - Dim - Afetiva	48,7	48,1	49,3	25,5	24,4	26,6	49,5	48,7	50,2	25,4	23,7	27,1
EPSUS - Dim - Instrumental	16,3	15,4	17,1	8,5	8	9,1	15,8	14,2	17,4	8,7	7,9	9,5
EPSUS - Dim - Interacoes Sociais	11,3	10,8	11,7	5,7	5,5	6	12,1	11	13,2	5,4	5	5,8
EPSUS - Dim - Enfren. Problemas	18,5	18	19,1	8,5	8,2	8,9	18,5	17,4	19,5	8,5	7,9	9,1
EPSUS - Total	94,8	93,4	96,2	48,3	46,6	50	95,8	93	98,6	48	45,1	50,9
CTS - Total	6,6	5,5	7,7	5,8	5,1	6,4	3,6	2	5,3	5,2	4,4	6,1
Classificação Socioeconômica	<i>n (%)</i>											
A	14 (10.0%)			18 (5.6%)			3 (9.7%)			10 (7.1%)		
B1	30 (21.4%)			53 (16.4%)			5 (16.1%)			14 (10.0%)		
B2	52 (37.1%)			115 (35.6%)			13 (41.9%)			53 (37.9%)		
C1	35 (25.0%)			86 (26.6%)			10 (32.3%)			43 (30.7%)		
C2	8 (5.7%)			45 (13.9%)			0 (0.0%)			19 (13.6%)		
D-E	1 (0.7%)			6 (1.9%)			0 (0.0%)			1 (0.7%)		
Raça/Cor autodeclarada	<i>n (%)</i>											
Amarela/Asiática	1 (0,7%)			3 (0,9%)			0			3 (2,1%)		
Branca	103 (73,6%)			226 (70%)			28 (90,3%)			104 (74,3%)		
Parda	21 (15%)			61 (18,8%)			2 (6,5%)			20 (14,3%)		
Preta	15 (10,7%)			32 (9,9%)			1 (3,2%)			13 (9,3%)		

Nota. *M* = Média; I.C. = Intervalo de Confiança de 95%; Inf. = Limite inferior; Sup. = Limite superior.

Discussão

Os resultados sugerem que a VPI e PSS são fenômenos heterogêneos e que nem sempre se relacionam diretamente. Identificou-se classes cuja relação entre VPI e PSS apresenta linearidade e corroboram a tese de que PSS atua como proteção contra VPI (como a Classe 1, com baixa VPI e alta PSS, e a Classe 4, com alta VPI e baixa PSS). Entretanto, os padrões identificados nas Classes 2 e 3 mostram outros tipos de relação que essas duas variáveis podem

assumir. A Classe 2, que apresenta baixa VPI e baixa PSS, mostra que a ausência de PSS não implica, necessariamente, em VPI. E a Classe 3, que apresenta VPI mesmo com PSS alta, indica que a PSS nem sempre é suficiente para proteger as mulheres de sofrer VPI, sinalizando a necessidade de identificar e entender outras variáveis subjacentes à violência nestes relacionamentos.

As Classes 1 e 4 corroboram com a hipótese inicial do estudo. No caso da Classe 4, confirmou-se que lésbicas com menor PSS sofrem mais VPI. Pode-se afirmar que esta classe é a mais vulnerável, pois o baixo acesso a apoio social pode interferir diretamente na probabilidade dessas vítimas procurarem por ajuda ou continuarem em relacionamentos abusivos. Dias et al. (2019) observaram que vítimas de VPI procuram mais a ajuda informal, como amigos e família, quando comparado a ajudas formais (como postos de saúde e polícia, por exemplo). Já Machisa et al. (2018) complementam que a percepção de suporte social é um fator influenciador para vítimas de VPI procurarem ajuda formal, ou seja, dependendo do quão apoiada a vítima se sente, maior a probabilidade de ela ser instruída a procurar este tipo de ajuda.

A Classe 1 também apoia a hipótese inicial, em que lésbicas com maiores níveis de PSS apresentam menor percentual de VPI. Neste caso, as relações interpessoais são mais encorajadoras e podem mobilizar essas mulheres a buscarem relacionamentos mais construtivos, o que está em sintonia com os achados de Gerino et al. (2018). Além disso, este apoio pode aumentar a probabilidade dessas mulheres buscarem por ajuda quando experienciam algum grau de violência. A Figura 1 evidencia que, mesmo as participantes desta classe, há um percentual de violência psicológica, ainda que a menor taxa. Nesse aspecto, chama a atenção o fato de todos os agrupamentos indicarem uma probabilidade de violência psicológica próxima de 50% ou superior, mostrando que essa modalidade de violência é bastante prevalente nos relacionamentos – incluindo aqueles considerados “saudáveis”.

Algumas das condutas consideradas violência psicológica ainda recebem pouca atenção ou são consideradas como de menor gravidade, o que pode explicar que ela seja aceita ou vista como natural em muitos dos relacionamentos (WHO, 2021).

As Classes 2 e 3 apresentaram outras facetas da relação entre VPI e PSS que não eram esperados: mulheres que obtiveram percentual baixo tanto para VPI, quanto para PSS e as que obtiveram alto percentual de VPI, ainda com alto percentual de PSS, respectivamente. Na Classe 2, outros fatores de proteção parecem estar operando na situação. A autoestima, estratégias de enfrentamento e fatores de personalidades podem ser alguns dos elementos que estão contribuindo para a baixa prevalência de VPI (Gerino et al., 2018). Entretanto, é necessário frisar que a violência psicológica esteve presente, ainda que em percentual baixo, quando comparado com as outras classes.

Já na Classe 3, questões como o estigma e o duplo armário (Topa, 2010) podem estar interferindo nos resultados. Steele et al. (2020) observaram que fatores como o estigma internalizado de estar em uma situação de VPI pode ser uma variável importante quanto a se abrir, ou não, a amigos e família sobre a violência que está sofrendo. O estudo supracitado constatou que pessoas com alto percentual de estigma internalizado tinham menor probabilidade de pedir ajuda e conversar com sua rede de apoio, independente da intensidade da violência sofrida. Em relação às lésbicas e outras pessoas pertencentes à comunidade LGB, este fenômeno pode estar relacionado ao duplo armário (Topa, 2010). Além do estigma, há o medo da vítima pela represália que pode sofrer de outras pessoas por estar em um relacionamento homossexual.

Outras variáveis, que não foram analisadas neste estudo, também podem estar relacionadas aos achados. Um exemplo importante são os estressores presentes em pessoas pertencentes à comunidade LGB, tais como estigma, medo de serem rejeitadas e a discriminação pela orientação sexual (Steele et al., 2020). Tais estressores perpassam todas as

classes supracitadas, tanto nas situações com alto, quanto com baixo percentual de VPI e PSS. Mas os recursos psicossociais relacionados à regulação das experiências estressoras – como competências socioemocionais ou suporte familiar – variam entre as pessoas, o que resulta em diferenças nas formas em que a violência no relacionamento íntimo se manifesta (WHO, 2021).

É importante ressaltar que grande parte das campanhas de combate à violência são voltadas às situações envolvendo mulheres heterossexuais, o que de certa forma configura uma rejeição e exclusão dos relacionamentos homossexuais (Luz & Gonçalves, 2014). Assim, é frequente situações em que os profissionais de serviços formais de auxílio estejam despreparados para acolher vítimas da comunidade LGB (Gonçalves & Carvalho, 2019). Tais situações podem diminuir a probabilidade dessas vítimas a procurarem ajuda formal (Santos et al., 2019).

Dentre as consequências que mulheres vítimas de VPI podem enfrentar, a revisão sistemática de literatura realizada por Spencer et al. (2019) identificou níveis elevados de ansiedade, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Ogbe et al. (2020) observaram que uma intervenção positiva em situações de VPI está relacionada ao aumento do acesso ao suporte social à vítima, como a fortalecimento de redes comunitárias e acesso a estruturas formais, por exemplo. Ainda assim, é necessário que outros estudos sejam realizados buscando a correlação com outras variáveis e outros constructos.

No presente estudo, a VPI e a PSS não se relacionaram com variáveis sociodemográficas, indicando que tanto a violência quanto o suporte social estão presentes em todos os estratos sociais. Entretanto, o percentual de violência é maior nos relacionamentos de casais com baixo status econômico, sendo a independência financeira um fator de proteção importante às vítimas (Edwards et al., 2015; Steele et al., 2020; WHO, 2021). Além disso, a WHO (2021) menciona que a instabilidade econômica entre o casal também pode ser um fator

de risco para VPI, principalmente em situações que há muito stress e o acesso da vítima à rede de apoio e meios da separação do parceiro violento é limitado.

Com relação à representatividade sociodemográfica, o presente estudo possui limitações a serem consideradas. O método de conveniência (bola-de-neve) pelas quais as participantes foram recrutadas pode explicar a baixa representatividade de participantes pretas, amarelas e indígenas e das classes socioeconômica C2 e D-E. É possível que a relação entre essas variáveis e as classes de VPI e PSS se tornem visíveis à medida em que pessoas desses estratos sejam alcançadas por pesquisas futuras. Por exemplo, a literatura aponta que mulheres pretas são mais vulneráveis a sofrer violência em relacionamentos, tanto em relacionamento heterossexuais, quanto nos homossexuais, quando comparadas com mulheres brancas (Steele et al., 2020). A coleta realizada online alcançou menos as classes econômicas mais baixas, possivelmente em razão dos compartilhamentos terem se dado em círculos sociais parecidos, como pessoas com maior escolaridade, acesso a aparelhos eletrônicos e internet. Nesse sentido, é importante que pesquisas futuras considerem estratégias alternativas para alcançar a diversidade de estratos.

Este estudo cumpriu com o objetivo de identificar os diferentes matizes da relação entre Percepção de Suporte Social e Violência em relacionamentos homossexuais de mulheres. A constatação dos quatro agrupamentos, que denotam a diversidade de padrões de manifestação dessas duas variáveis, mostra a complexidade e heterogeneidade do fenômeno. Esses achados mostram a importância de especializar os programas e políticas de prevenção primária e secundária, visto que as pessoas (e seus relacionamentos íntimos) apresentam características de funcionamento e necessidades específicas. O presente estudo mostrou que o Suporte Social pode atuar como um importante fator de proteção contra a Violência, mas também evidenciou que ele nem sempre é suficiente para impedir a violência nos relacionamentos entre mulheres.

Assim, pesquisas futuras devem se debruçar na análise de outras variáveis, como a influência de habilidades sociais aprimoradas, resiliência, características de personalidade, disparidade econômica entre o casal, histórico de agressão no passado da vítima e da agressora e nível de informação da vítima sobre violência nos relacionamentos. A inclusão de novas variáveis relevantes para o fenômeno contribuirá para o melhor entendimento da etiologia dessas classes e pode concorrer, inclusive, para a identificação de novos agrupamentos com características diferentes.

Por fim, é preciso ressaltar que estes achados são frutos de um estudo exploratório. Entre os próximos passos estão um estudo tipológico confirmatório, incluindo outras participantes que foram recrutadas durante o mesmo período e que responderam aos mesmos instrumentos, e outro estudo qualitativo que irão ampliar o entendimento, ajudar a explicar os achados e validar as tipologias encontradas.

Referências

- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2018). *Critério de Classificação Econômica Brasil: Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 16/04/2018* [Brazil Economic Classification Criteria: Modifications in the application of the Brazil Criterion, valid as of 04/16/2018]. São Paulo, SP: Author. Retrieved from https://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2018.pdf
- Cardoso, H. F., & Baptista, M. N. (2014). Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) – EPSUS-A: Estudo das qualidades psicométricas [Scale of Perceived Social Support (adult version) - EPSUS-A: Study of psychometric qualities]. *Psico-USF*, 19(3), 499-510. doi:10.1590/1413-82712014019003012
- Dias, N. G., Costa, D., Soares, J., Hatzidimitriadou, E., Ioannidi-Kapolou, E., Lindert, J., ... Fraga, S. (2019). Social support and the intimate partner violence victimization among

- adults from six European countries. *Family Practice*, 36(2), 117-124.
doi:10.1093/fampra/cmy042
- Edwards, K. M., Sylaska, K. M., & Neal, A. M. (2015). Intimate partner violence among sexual minority populations: A critical review of the literature and agenda for future research. *Psychology of Violence*, 5(2), 112-121. doi:10.1037/a0038656
- Ferreira, I. A., & Moraes, S. S. (2020). Subnotificação e Lei Maria da Penha: O registro como instrumento para o enfrentamento dos casos de violência doméstica contra mulher considerando o anuário brasileiro de segurança pública [Under-notification and the Maria da Penha Law: Registration as an instrument for dealing with cases of domestic violence against women considering the Brazilian yearbook of public safety]. *O Público e o Privado*, 18(37), 259-280. doi:10.52521/18.4108
- Gerino, E., Caldarera, A. M., Curti, L., Brustia, P., & Rollè, L. (2018). Intimate partner violence in the golden age: Systematic review of risk and protective factors. *Frontiers in Psychology*, 9, 1595. doi:10.3389/fpsyg.2018.01595
- Gonçalves, J. A., & Carvalho, A. R. R. F. (2019). Lesbianidade e psicologia na contemporaneidade: Uma revisão sistemática [Lesbianity and psychology in contemporianity: A systematic review]. *Revista Gênero*, 20(1), 135-156. doi:10.22409/rg.v20i1.38495
- Hagenaars, J. A., & McCutcheon, A. L. (2002). *Applied latent class analysis*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística & Escola Nacional de Ciências Estatísticas. (1999). *Resolução de conflitos domésticos e violência intrafamiliar nos bairros da Tijuca e Maracanã* [Domestic conflict resolution and intrafamily violence in the neighborhoods of Tijuca and Maracanã]. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Retrieved from <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82669.pdf>

- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva, Switzerland: WHO. Retrieved from https://who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf
- Luz, R. R., & Gonçalves, H. S. (2014). Violência doméstica entre casais homossexuais: A violência invisível [Domestic violence among homosexual couples: The invisible violence]. *Bagoas-Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, 8(11), 79-99. Retrieved from <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6544>
- Machisa, M. T., Christofides, N., & Jewkes, R. (2018). Social support factors associated with psychological resilience among women survivors of intimate partner violence in Gauteng, South Africa. *Global Health Action*, 11(Suppl. 3), 1491114. doi:10.1080/16549716.2018.1491114
- Messinger, A. M. (2011). Invisible victims: Same-sex IPV in the national violence against women survey. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(11), 2228-2243. doi:10.1177/0886260510383023
- Miller, B., & Irvin, J. (2017). Invisible scars: Comparing the mental health of LGB and heterosexual intimate partner violence survivors. *Journal of Homosexuality*, 64(9), 1180-1195. doi:10.1080/00918369.2016.1242334
- Moraes, C. L., & Reichenheim, M. E. (2002). Cross-cultural measurement equivalence of the Revised Conflict Tactics Scales (CTS2) Portuguese version used to identify violence within couples. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(3), 783-796. doi:10.1590/S0102-311X2002000300022
- Ogbe, E., Harmon, S., Van den Bergh, R., & Degomme, O. (2020). A systematic review of intimate partner violence interventions focused on improving social support and/mental health outcomes of survivors. *PLoS One*, 15(6), e0235177. doi:10.1371/journal.pone.0235177

- Pan American Health Organization. (2017). *Fact sheet – violence Against women*. Washington, DC: Author. Retrieved from <https://www.paho.org/en/topics/violence-against-women>
- Rodriguez, M. S., & Cohen, S. (1998). Social support. In H. S. Friedman (Ed.), *Encyclopedia of mental health* (Vol. 3). New York, NY: Academic Press.
- Santos, N. C. R., Freitas, R., & Ceara-Silva, G. L. (2019). Violência conjugal lésbica: Relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói [Lesbian marital violence: Reports of social workers attending women in the city of Niterói]. *Serviço Social & Sociedade*, (134), 124-141. doi:10.1590/0101-6628.169
- Spencer, C., Mallory, A. B., Cafferky, B. M., Kimmes, J. G., Beck, A. R., & Stith, S. M. (2019). Mental health factors and intimate partner violence perpetration and victimization: A meta-analysis. *Psychology of Violence*, 9(1), 1-17. doi:10.1037/vio0000156
- Steele, S. M., Everett, B. G., & Hughes, T. L. (2020). Influence of perceived femininity, masculinity, race/ethnicity, and socioeconomic status on intimate partner violence among sexual-minority women. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(1-2), 453-475. doi:10.1177/0886260516683176
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283-316. doi:10.1177/019251396017003001
- Topa, H. (2010). No arco-íris também há roxo: Violência conjugal nas relações lésbicas [Rainbow also has purple: Marital violence in lesbian relationships]. *LES Online*, 2(1), 13-21. Retrieved from <https://lesonlinesite.files.wordpress.com/2017/03/violenciaconjugal.pdf>
- World Health Organization. (2021). *Violence against women prevalence estimates, 2018: Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual*

violence against women. Geneva, Switzerland: Author. Retrieved from
<https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>

Furukawa, L. Y. A., Komatsu, A. V. & Pessoa, A. S. G. (2022). Violência entre Parceiras Íntimas e Percepção de Suporte Social: Uma Análise de Classes Latentes Confirmatória. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos.

Resumo

A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) se constitui como uma das formas de violação de direitos humanos mais recorrente contra mulheres. Entretanto, esta área carece de investigação sobre o processo de vitimização em relacionamentos homossexuais. O objetivo do presente estudo foi realizar uma análise confirmatória da correlação entre violência sofrida em relacionamentos homossexuais de mulheres e percepção de suporte social. A amostra foi composta por 423 mulheres lésbicas, com idade variando entre 18 e 54 anos. As participantes responderam a três instrumentos online: Critério de Classificação Socioeconômica Brasil, Escala Tática de Conflitos e Escala de Percepção do Suporte Social. O número de classes obtidas no presente estudo, por meio da Análise de Classes Latentes, confirmou o número de classes do estudo exploratório. Todavia, os resultados desta investigação confirmaram parcialmente as hipóteses levantadas a priori, sugerindo que a percepção de suporte social pode reduzir a prevalência da violência no relacionamento de apenas uma parte das mulheres participantes. Outras variáveis psicológicas e sociais devem ser inseridas em estudos desse porte para detecção de outras variáveis que estão diretamente associadas com a redução dos indicadores de violência em relacionamentos afetivos de mulheres lésbicas.

Palavras-chave: violência, apoio social, lésbicas, violência contra mulher, análise confirmatória

Introdução

A violência contra mulher é um problema grave e se constitui como uma das formas de violação de direitos humanos mais recorrente dessa população. Trata-se de uma questão de saúde pública global e que merece investimentos em termos da implantação de políticas públicas, condução de estudos acerca da temática e mobilização social para o seu enfrentamento. A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) foi apontada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) como uma das principais expressões de violência contra as mulheres. A VPI consiste em abusos físicos, emocionais, sexuais e comportamentos controladores por um parceiro íntimo, seja namorado, companheiro ou marido da vítima (Yu et al., 2019). Ainda segundo a OMS (2021), cerca de 26% das mulheres do contexto mundial já sofreram VPI pelo menos uma vez na vida. No Brasil, os dados são similares e alarmantes. Em um estudo que analisou o registro de casos de violência contra a mulher de 2011 a 2017, foi observado que mais de 60% eram referentes à VPI (Mascarenhas et al., 2020).

Bacchus et al.(2018) evidenciaram que sintomas depressivos, de depressão pós-parto e uso de substâncias psicoativas são algumas das consequências na vida das vítimas de VPI. Os autores também mencionaram que há correlação bilateral dos sintomas depressivos, ou seja, mulheres vítimas de VPI possuem um risco maior de desenvolver sintomas depressivos, assim como mulheres que apresentam estes quadros sintomatológicos possuem riscos adicionais de sofrer VPI (Bacchus et al., 2018). Complementarmente, Arroyo et al. (2015) ressaltaram que Transtornos de Ansiedade e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) são também diagnósticos frequentes nas mulheres expostas à VPI.

Ainda que esta violência seja mais discutida em relacionamentos heterossexuais, cujas mulheres são vítimas e os homens são os perpetradores da violência, a VPI também está presente em relacionamentos homossexuais (Furukawa et al., 2022). Todavia, trata-se de um

tema que ainda carece de extensa investigação, já que os estudos com esta população são escassos e praticamente inexistentes no cenário nacional (Edwards & Sylaska, 2013). Entretanto, a sua prevalência na população Lésbicas, Gays e Bissexuais (LGB) pode ser comparada com os de casais heterossexuais, podendo ser até mais intensa a depender do estudo, das estratégias metodológicas adotadas e do local onde a pesquisa é realizada (Whitehead et al., 2020; Messinger, 2011). Rollè et al.(2018) corroboram com estas afirmativas e apontam que altos índices de vitimização por violência psicológica e física estão presentes em relacionamentos homossexuais, apesar da subnotificação e do fenômeno do duplo armário (sobre este assunto ver Topa, 2010).

Sem dúvidas, a comunidade LGB carece de mais diálogos sobre a VPI em relacionamentos homossexuais. Isso acontece principalmente pelo medo de reforçar estereótipos negativos da comunidade (Luz & Gonçalves, 2014), propiciando crenças errôneas ao tema, como por exemplo, de que são situações raras ou pouco recorrentes. Tais crenças, de acordo com Rollè et al. (2018), são persistentes entre mulheres lésbicas e bissexuais, pois a violência é mais facilmente identificada em relacionamentos heterossexuais, cujos homens são os perpetradores (Seelau & Seelau, 2005). É inegável, portanto, que a ausência de discussão sobre o tema, associado com o conjunto de crenças errôneas sobre as vítimas de VPI, pode dificultar o reconhecimento de comportamentos e padrões violentos quando perpetrados por uma mulher em um relacionamento homossexual (Rollè et al., 2018).

É importante ressaltar que a população LGB enfrenta estressores singulares (Messinger, 2011), que podem ser caracterizados como diversas situações sociais adversas que a comunidade enfrenta por ser parte de um grupo marginalizado e estigmatizado (Longobardi & Badenes-Ribera, 2017). Tais fatores estressantes podem ser interiorizados ou por fontes externas. A homofobia internalizada, percepção de estigma ou discriminação são alguns

exemplos dos fatores interiorizados, enquanto a experiência de discriminações, violência e assédios se referem às fontes externas (Longobardi & Badenes-Ribera, 2017).

Longobardi e Badenes-Ribera (2017) sugerem que eventos estressores presentes na comunidade LGB, como a homofobia internalizada, podem estar associados a perpetuação da VPI. A homofobia internalizada pode ser definida como a concepção negativa da própria orientação sexual, podendo afetar negativamente a saúde mental do indivíduo (Totenhagen et al., 2018). Além de estar inseguro em relação à sua sexualidade, não ser assumido para família e amigos, por exemplo, pode aumentar o isolamento, comportamentos controladores com o parceiro íntimo e aumentar o risco de VPI (Longobardi & Badenes-Ribera, 2017). Tais dados são reforçados pelos achados de Badenes-Ribera et al. (2017), que também indicaram que essas vulnerabilidades podem reforçar os sentimentos de isolamento e desamparo experienciados por vítimas de VPI. Assim, a literatura já tem apontado que estar expostos a fatores estressores, notadamente instaurados em decorrência da homofobia estrutural, pode aumentar a probabilidade de um indivíduo ser perpetrador de violência, assim como pode dificultar a revelação ou o pedido de ajuda das vítimas.

No caso de mulheres lésbicas, Topa (2010) pontua a dupla discriminação sofrida: ser mulher e estar em um relacionamento homossexual. A autora também cita a complexibilidade de falar da VPI em um relacionamento homossexual de mulheres e recorre ao uso do fenômeno intitulado como “duplo armário” (Topa, 2010). O primeiro armário relaciona-se a assumir a própria sexualidade, enquanto o segundo refere-se a ser vítima de VPI e não poder falar sobre as experiências abusivas que sofre. Este fenômeno associa-se ao medo de sofrer discriminação e serem revitimizadas ao buscarem por ajuda, intensificando os sentimentos de isolamento supracitados (Santos et al., 2019).

Nesse contexto, a Percepção de Suporte Social (PSS) é vista como um importante fator de proteção em situações de VPI, podendo contribuir positivamente na promoção de saúde mental e física das vítimas (Žukauskienė et al., 2021). A PSS refere-se à avaliação subjetiva que os indivíduos realizam da qualidade, frequência e disponibilidade de apoio que recebem das pessoas ou instituições quando necessitam (Cardoso & Baptista, 2014). A rede de apoio varia de cada indivíduo, sendo os principais componentes a família e amigos, mas podendo incluir vizinhos e serviços ofertados na própria comunidade e pelo poder público (Žukauskienė et al., 2021). A PSS é, desse modo, um fator de proteção significativo às vítimas pertencentes à comunidade LGB (Miller & Irvin, 2017) e pode reduzir a probabilidade de manifestação sintomática ou de sofrimento psíquico intenso vivenciados pelas vítimas de VPI (Ogbe et al., 2020). Contudo, a pesquisa de Rollè et al. (2018) indicou que é frequente que estes grupos busquem suporte informal, principalmente de amigos, quando experienciam situações de VPI. Isto acontece, principalmente, pela falta de preparo das redes formais de apoio para acolher vítimas de violência doméstica da comunidade LGB e, indubitavelmente, pelo medo das vítimas de sofrerem discriminação ou serem revitimizadas nestes espaços (Barros et al., 2019).

Dessa forma, parte-se da hipótese que a PSS é um fator protetivo e que pode reduzir a ocorrência de VPI em relacionamentos homossexuais vivenciados por mulheres. Em outras palavras, quanto mais satisfeitas e seguras as mulheres estão com sua rede de apoio, reduz-se, concomitantemente, a prevalência de VPI. Isso porque a PSS aumenta a percepção subjetiva de apoio e pode motivá-las a procurar por ajuda e apoio para romper com os ciclos de violência que estão inseridas. Complementarmente, estudos têm mostrado que a PSS também influencia na saúde mental da comunidade LGB e se associam com a diminuição de níveis de depressão e ansiedade, assim como no bem-estar desta população (Paveltchuk & Borsa, 2020; Rocha et al., 2019). Entretanto, a relação entre a PSS e a VPI em relacionamentos homossexuais de mulheres ainda consiste em um fenômeno pouco investigado.

Em um recente estudo exploratório, desenvolvido no contexto brasileiro com mulheres lésbicas de 18 a 58 anos, Furukawa et al. (2022) desenvolveram uma tipologia com base nos tipos de vitimização por VPI (psicológica, física e física grave) e em quatro dimensões de PSS (afetivo, instrumental, interações sociais e enfrentamento de problemas). Por meio de uma análise de classes latentes exploratória, os autores identificaram quatro classes significativamente distintas entre si. Uma delas foi composta por mulheres com baixa probabilidade de sofrer VPI e com alta PSS, considerada a classe mais protegida e representada por 23% das mulheres. A segunda classe, composta por 50% das mulheres, também apresentou baixa probabilidade de VPI, mas as mulheres dessa classe demonstraram baixa PSS, indicando algum grau de vulnerabilidade. A terceira classe, por sua vez, apresentou alta probabilidade de VPI, apesar de demonstrarem alta PSS, revelando que o suporte social nem sempre é suficiente para proteger os relacionamentos da VPI, padrão observado em 5% das participantes. E a quarta e última classe apresentou alta probabilidade de VPI e baixa PSS, configurando o grupo mais vulnerável e constituído por 22% das mulheres. Esses achados evidenciam a heterogeneidade dos padrões em que esses dois fenômenos podem se manifestar nos relacionamentos.

O estudo de Furukawa et al. (2022) é o primeiro a construir uma tipologia com base na relação entre VPI e PSS em relacionamentos homossexuais de mulheres. Cabe, contudo, ressaltar que o estudo supracitado consistiu em um estudo exploratório, sendo importante confirmá-lo com uma análise independente. Sendo assim, o objetivo do presente estudo foi verificar se a tipologia identificada por Furukawa et al. (2022) se confirma em uma amostra independente. Os objetivos específicos foram: (1) verificar se o modelo com melhor solução possui o mesmo número de classes que o modelo identificado no estudo exploratório; (2) estimar a magnitude das diferenças entre proporção esperada (com base no estudo exploratório) e proporção observada (na análise confirmatória) para cada classe; (3) estimar a magnitude das diferenças entre proporção esperada e proporção observada para cada categoria de resposta das

variáveis VPI e Percepção de Suporte Social; (4) verificar se as classes identificadas possuem as mesmas características de homogeneidade interna e heterogeneidade externa encontrada no estudo exploratório.

Método

Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, com recorte transversal e delineado a partir de uma análise confirmatória. Em virtude da crise de replicabilidade reportada em campos como a Psicologia e as Ciências Sociais (Nosek & Open Science Collaboration, 2015; Camerer et al., 2018), fica evidente a importância e necessidade de replicar resultados de estudos científicos (Baker, 2016). Diferente de estudos exploratórios, que buscam identificar padrões nos dados sem necessariamente apresentar um compromisso rigoroso com as hipóteses ou a teoria, o estudo confirmatório busca testar hipóteses científicas formuladas antes do estudo ser conduzido, reduzindo diversos vieses produzidos pelas escolhas metodológicas dos pesquisadores envolvidos durante os processos de investigação e análise, o que aumenta a confiança nos achados produzidos e ampara as tomadas de decisões e planejamentos de políticas públicas.

Participantes

A amostra inicial foi de 1057 mulheres, com idades entre 18 e 58 anos ($M = 24,8$; $DP = 5,2$), que se identificaram como lésbicas e que já tiveram um relacionamento fixo ou esporádico com outras mulheres. Não participaram da investigação mulheres menores de 18 anos ou aquelas que não se identificavam como lésbicas. Os relacionamentos homossexuais foram considerados aqueles em que mulheres se envolveram emocionalmente ou sexualmente com outra mulher, independentemente do período desta relação, não sendo necessariamente um namoro, casamento ou relacionamento monogâmico.

O estudo de Furukawa et al. (2022) utilizou 60% da amostra ($n = 634$, selecionadas de modo aleatório com uso de algoritmo) e teve o objetivo de identificar, de modo exploratório,

tipologias relacionadas à VPI e ao PSS das participantes. O presente estudo, de natureza confirmatória, utilizou o restante da amostra (40%; n = 423) para verificar se os resultados obtidos no estudo exploratório seriam semelhantes ao proceder com a análise confirmatória.

As idades das participantes variaram entre 18 e 54 anos (M = 24,6; DP = 5,2). Em relação à classe social, de acordo com a classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2018), a amostra apresentou a seguinte distribuição: A (9%), B1 (14%), B2 (36%), C1 (25%), C2 (14%) e D-E (2%). Em relação à identificação étnico-racial, as participantes se distribuíram entre: asiática/amarela (1%), branca (74%), indígena (0,2%), mestiça (0,4%), parda (14%) e preta (9%).

Instrumentos

Critério de Classificação Socioeconômica Brasil: consiste em um instrumento estruturado e utilizado com o objetivo de mensurar o nível socioeconômico da participante/família, a partir da renda mensal, posse de bens e grau de instrução dos demais membros da família. Foi utilizada a versão atualizada pela ABEP (2018).

Escala Tática de Conflitos – Versão Reduzida (CTS): trata-se de um instrumento estruturado no modelo *likert*, que mensura gradualmente as atitudes quando os indivíduos se encontram em conflitos domésticos e nos relacionamentos, identificando como os parceiros íntimos se comportam nessas situações. Dessa forma, quanto maior a pontuação, maior a frequência de episódios de violência. A escala foi originalmente desenvolvida por Straus et al. (1996). A versão completa, Escala Tática de Conflitos Revisada (CTS2), foi adaptada e validada no Brasil apresentando coeficiente kappa acima de 0,75 para todas as escalas, exceto a de coerção sexual, e consistência interna variando de 0,65 a 0,86, tornando-a adequada para utilização em pesquisas no contexto brasileiro (Moraes & Reichenheim, 2002). A versão reduzida foi adaptada no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1999. O estudo de Vasconcelos (2016) demonstrou que esta versão é tão adequada quanto a

versão completa. Desse modo, no presente estudo optou-se pela versão reduzida do instrumento, devido a sua extensão e visando diminuir eventuais desistências das participantes. A versão reduzida é composta por 10 itens que se subdividem nas seguintes dimensões: a) sem violência; b) violência verbal/emocional; c) violência física; e d) violência física grave.

Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) (EPSUS-A): foi construída por Rodriguez e Cohen (1998) e sua validação no Brasil foi realizada por Cardoso e Baptista (2014), apresentando níveis de confiabilidade satisfatórios ($\alpha = 0,94$). A versão brasileira é composta por 36 itens, divididos em 4 dimensões: i) afetivo - itens que envolvem suporte emocional em que o indivíduo é capaz de identificar e se apoiar; ii) interação social - itens em que indivíduo é capaz de perceber possíveis vínculos disponíveis, tais como atividades sociais ou aquelas voltadas ao lazer; iii) instrumental, percepção de suporte material, como ajuda financeira ou à saúde; e iv) enfrentamento de problemas, percepção dos conselhos e ajudas nas tomadas de decisões do indivíduo. O objetivo desta escala é avaliar funcionalmente o suporte social, ou seja, analisar quais suportes estão disponíveis e o quão satisfeitos os respondentes estão com a sua rede (Cardoso & Baptista, 2014). Assim como a CTS, a EPSUS-A é estruturada em modelo *likert*, de modo que quanto maior a pontuação, maior é o suporte social percebido do respondente.

Procedimentos e Coleta de dados

A pesquisa seguiu rigorosamente as recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e o projeto de pesquisa foi desenvolvido a partir das Resoluções 466/2012 e 510/2016. O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos avaliou a proposta e emitiu parecer favorável quanto a realização do estudo (31530720.3.0000.5504). Participaram da pesquisa somente as mulheres que leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As participantes foram recrutadas online, por meio de redes sociais e por meio da técnica de *snowball sampling*. Os questionários utilizados foram adaptados para que a aplicação ocorresse na plataforma do Google Forms. Foram realizadas chamadas em redes sociais e em grupos já constituídos em outras mídias digitais, solicitando para que as possíveis participantes manifestassem interesse. Ao entrar em contato, a pesquisadora explicou o objetivo da investigação e como ocorreria a coleta de dados. Mediante a leitura e assinatura digital do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elas acessavam os instrumentos que foram empregados.

Análise de dados

Foi empregada a Análise de Classes Latentes (LCA, da sigla em inglês) para verificar se as tipologias identificadas por Furukawa et al. (2022) se confirmam empiricamente, em termos de número de classes, probabilidade de respostas aos itens e variáveis explanatórias. Utilizou-se como variáveis de entrada (*input*) a Violência sofrida por Parceiras Íntimas (três itens dicotomizados referentes às dimensões Violência Psicológica, Violência Física e Violência Física Grave, sendo 1 o indício da presença de ao menos um episódio de violência e 0 a ausência) e a Percepção de Apoio Social (quatro itens dicotômicos referentes às dimensões Afetiva, Enfrentamento de Problemas, Instrumental e Interações Sociais (também sendo 1 indicativo de um escore alto e 0 de escore moderado ou baixo, adotando como referência as normas do instrumento)).

A LCA foi realizada com o pacote estatístico *poLCA* implementado no software estatístico R 4.0.3 (Linzer & Lewis, 2011). Para determinar o número ótimo de classes, utilizou-se um processo de decisão multiestágio (Nylund et al., 2007). Primeiro, foi gerado um modelo de três classes e estimou-se seus parâmetros. Em seguida, foram gerados novos modelos, incrementando uma classe em cada etapa até o novo modelo não apresentar nenhuma vantagem teórica ou estatística em relação aos modelos anteriores. No total, identificou-se

modelos potencialmente relevantes contendo de 3 a 7 classes. Os critérios estatísticos para identificar o modelo com melhor ajuste foram o Critério de Informações Bayesianas (BIC) e o Critério de Informação Akaike (AIC). Também foram utilizadas representações visuais e tabulares para identificar o ajuste conceitual de cada modelo, dando prioridade ao modelo com maior parcimônia e interpretabilidade, com o intuito de evitar estimar mais parâmetros do que o necessário para representar os dados acuradamente.

Para verificar a heterogeneidade entre os grupos, comparou-se o escore total na Escala de Percepção do Suporte Social (EPSUS-A) e da frequência de violência sofrida dentro do relacionamento íntimo (CTS, considerando todas as modalidades de violência) por meio de modelos de regressão de classes latentes (Hagenaars & McCutcheon, 2002). Também foram incluídas variáveis sociodemográficas (cor/raça e classificação socioeconômica) nos modelos de regressão para aferir diferenças entre as classes/agrupamentos nessas dimensões. A homogeneidade interna dos grupos foi verificada a partir da presença de categorias de resposta com probabilidade 0.70 ou superior (Murphy et al., 2007).

Por último, as magnitudes das diferenças entre proporção esperada (p_e) e proporção observada (p_o) foram estimadas por meio da fórmula proposta por Cohen (1998), $h = \varphi_1 - \varphi_2$, donde $\varphi_1 = 2 \cdot \arccos(\sqrt{p_o})$ e $\varphi_2 = 2 \cdot \arccos(\sqrt{p_e})$. Para interpretar os valores obtidos, adotou-se como referência os intervalos sugeridos por Cohen (1988): valores entre 0,2 e 0,34, diferença pequena; valores entre 0,35 e 0,64, diferença moderada; valores iguais ou maiores que 0,65, diferença grande.

Resultados

O modelo com quatro classes latentes foi o que apresentou melhor ajuste estatístico ($AIC_3 = 2439$, $AIC_4 = 2408$, $AIC_5 = 2414$, $AIC_6 = 2422$, $AIC_7 = 2426$; $BIC_3 = 2532$, $BIC_4 = 2534$, $BIC_5 = 2571$, $BIC_6 = 2613$, $BIC_7 = 2648$) e a melhor coerência teórica, evidenciando que

o número de classes obtidas no presente estudo coincide com o número de classes do estudo anterior (Furukawa et al., 2022), de natureza exploratória.

A Figura 1 ilustra as distribuições de probabilidades da presença dos indicadores de violência e de suporte social em cada classe. A Classe 1 (22% da amostra; $h = 0,02$) caracteriza-se por baixa probabilidade de sofrer VPI e alta probabilidade de PSS, indicando ser o grupo de mulheres com o relacionamento mais saudável e com melhor PSS. A Classe 2 (59%, $h = 0,18$) possui baixa prevalência de VPI, mas também de PSS, o que mostra que a baixa PSS não implica, necessariamente, na presença de violência no relacionamento homossexual de mulheres. A Classe 3 (4%, $h = 0,05$) consiste em mulheres que possuem alta PSS, mas ainda assim sofrem VPI, denotando a possibilidade de a PSS potencialmente atuar como fator protetivo em alguns estratos, mas não em outros. Por último, a Classe 4 (15%, $h = -0,18$) é composta por mulheres com altos indicadores de VPI em seus relacionamentos e baixa PSS, representando o grupo de maior vulnerabilidade.

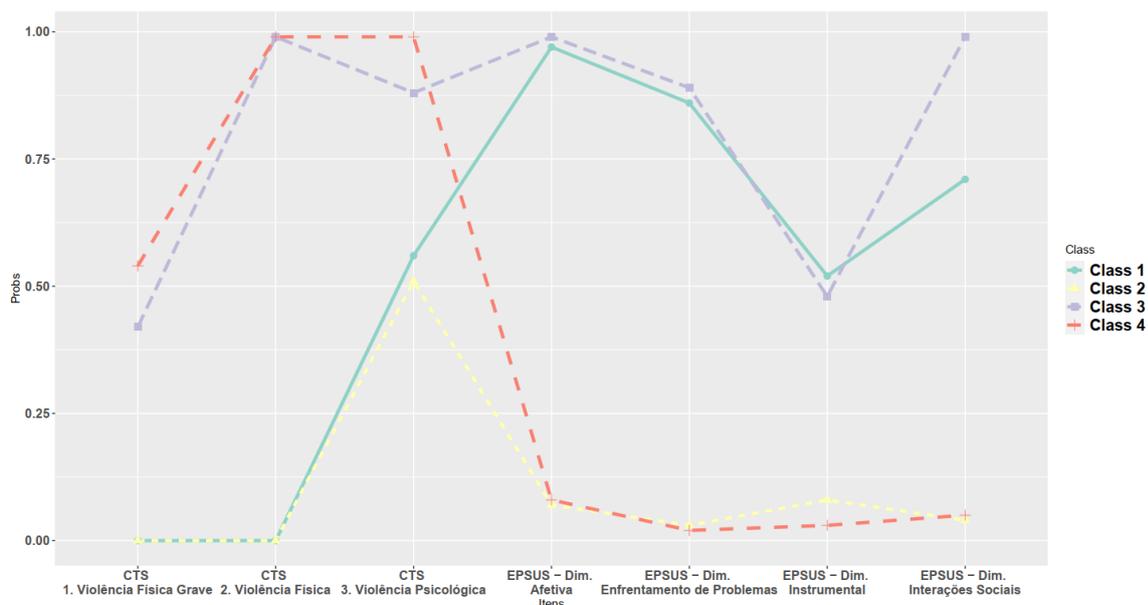


Figura 1. Probabilidade de presença dos indicadores de violência e de suporte social dado o pertencimento à cada classe. CTS = Escala de Tática de Conflitos Resumida (1 = foi vítima da modalidade de violência indicada). EPSUS = Escala de Percepção do Suporte Social, versão adulta (1 = possui suporte na dimensão indicada). Fonte: autores.

A proporção de mulheres em cada classe seguiu a mesma ordem do estudo de Furukawa et al. (2022), na qual a Classe 2 se apresenta como a mais numerosa e a Classe 3 a de menor representatividade. Os índices h evidenciaram que as variações no número de mulheres em cada classe, em comparação ao estudo de Furukawa et al. (2022), foram insignificantes para as classes 1 e 3 e de baixa magnitude para as classes 2 (leve aumento) e 4 (leve diminuição).

Os resultados da análise confirmatória, como ilustrados nas Figuras, revelou que os padrões de presença/ausência de violência e de suporte social seguem os mesmos identificados no estudo exploratório (Furukawa et al., 2022). Em geral, os grupos identificados no presente estudo são bastante homogêneos, com probabilidades intragrupo próximas de 100% ou próximas de 0%. As variações nas probabilidades de cada categoria de resposta, tendo como referência o estudo de Furukawa et al. (2022), foram inexistentes ou fracas em todos os domínios, exceto para as dimensões Interações Sociais (+17%, $h = 0,87$) e Violência Psicológica (-12%, $h = 0,70$) na Classe 3, que tiveram variações consideradas grandes. Mas, mesmo nesses casos em que a variação encontrada foi grande, a homogeneidade interna manteve-se elevada ($> 0,70$).

Contudo, há dimensões em que as probabilidades intragrupo são intermediárias, indicando heterogeneidade nesses domínios. A Classe 1 apresenta heterogeneidade quanto à vitimização por violência psicológica e na dimensão instrumental da percepção de suporte social, as quais as probabilidades de presença/ausência são próximas ao acaso. A Classe 2 também apresenta heterogeneidade em relação à violência psicológica. A Classe 3 é heterogênea em termos de vitimização por violência física grave e na dimensão instrumental da PSS. Já a Classe 4 mostrou ser heterogênea em relação à vitimização por violência física grave.

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas de cada classe em relação às variáveis sociodemográficas e escores nas escalas de VPI e de PSS. A análise de regressão para classes

latentes não identificou efeitos significativos das variáveis sociodemográficas idade, raça/cor, escolaridade e classe socioeconômica para o pertencimento às classes. Com relação a todas às dimensões da EPSUS-A, bem como o escore total na escala, as classes 1 e 3 obtiveram pontuações significativamente maiores que as classes 2 e 4 ($p < 0,001$). Já em relação à escala CTS, os resultados indicam que as classes 1 e 2 vivenciaram episódios de violência nos relacionamentos em uma frequência significativamente menor que as classes 3 e 4 ($p < 0,001$).

Tabela 1. Estatísticas descritivas das classes identificadas

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	
Variáveis numéricas	M (I.C. 95%)	M (I.C. 95%)	M (I.C. 95%)	M (I.C. 95%)	p
Idade	24,0 (23,0 - 25,0)	24,7 (24,1 - 25,4)	25,8 (22,8 - 28,8)	26,8 (25,2 - 28,4)	0,013
EPSUS – Afetiva	49,3 (48,8 - 49,7)	25,6 (24,3 - 26,9)	48,8 (47,8 - 49,8)	23,0 (20,2 - 25,7)	< 0,001
EPSUS – Instrumental	16,2 (15,2 - 17,2)	8,3 (7,7 - 8,9)	16,4 (13,9 - 19,0)	6,9 (5,8 - 7,9)	< 0,001
EPSUS - Interações Sociais	11,7 (11,1 - 12,2)	5,5 (5,2 - 5,8)	13,0 (12,1 - 13,9)	5,2 (4,5 - 5,8)	< 0,001
EPSUS - Enfrent. de Problemas	18,5 (17,9 - 19,1)	8,6 (8,2 - 9,0)	18,8 (17,2 - 20,3)	7,3 (6,4 - 8,2)	< 0,001
EPSUS – Total	95,6 (93,9 - 97,3)	48,0 (45,9 - 50,0)	97,0 (92,6 - 101,4)	42,3 (38,0 - 46,6)	< 0,001
CTS – Total	3,6 (3,5 - 3,7)	3,5 (3,4 - 3,6)	5,3 (4,9 - 5,6)	5,5 (5,4 - 5,7)	< 0,001
Cor/raça autodeclarada	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	0,915
Amarela/Asiática	1 (1,1%)	5 (2,0%)	0 (0,0%)	1 (1,6%)	
Branca	67 (70,5%)	180 (72,6%)	12 (70,6%)	43 (69,4%)	
Indígena	0 (0,0%)	2 (0,8%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	
Parda	16 (16,8%)	35 (14,1%)	2 (11,8%)	12 (19,4%)	
Preta	10 (10,5%)	25 (10,1%)	3 (17,6%)	5 (8,1%)	
Outras	1 (1,1%)	1 (0,4%)	0 (0,0%)	1 (1,6%)	
Escolaridade					0,994
Fundamental	1 (1%)	5 (2%)	0 (0%)	1 (2%)	
Médio completo	58 (61%)	134 (54%)	9 (56%)	32 (52%)	
Superior completo	36 (38%)	109 (44%)	7 (44%)	29 (47%)	
Classe Socioeconômica					0,072
A	5 (5,3%)	27 (10,9%)	0 (0,0%)	6 (9,5%)	
B1	15 (15,8%)	35 (14,1%)	0 (0,0%)	12 (19,0%)	
B2	32 (33,7%)	94 (37,9%)	7 (41,2%)	19 (30,2%)	
C1	29 (30,5%)	56 (22,6%)	6 (35,3%)	15 (23,8%)	
C2	14 (14,7%)	32 (12,9%)	2 (11,8%)	10 (15,9%)	
D – E	0 (0,0%)	4 (1,6%)	2 (11,8%)	1 (1,6%)	

M = Média; I.C. = Intervalo de Confiança de 95% (em parênteses estão os limites inferior e superior do intervalo)

No estudo de Furukawa, Komatsu e Pessoa (2022), as classes 1, 2 e 4 relataram maior frequência de episódios de violência que a classe 3. Assim, em termos de heterogeneidade externa, as classes apresentaram os mesmos padrões de diferenças/não diferenças que o estudo de Furukawa et al. (2022) referente às variáveis sociodemográficas e às dimensões de percepção de apoio social. Mas os resultados diferem em relação à frequência de vitimizações pela parceira, sendo que, no presente estudo, as Classes 1 e 2 sofreram um total de vitimizações significativamente inferior às suas equivalentes do estudo exploratório.

Discussão

Este estudo realizou uma análise confirmatória dos dados obtidos por Furukawa et al. (2022). Os resultados indicam que os padrões identificados no estudo exploratório se mantiveram, sendo organizados em quatro agrupamentos: Classe 1, apresentando alta PSS e baixa VPI; Classe 2, com baixa VPI e baixa PSS; Classe 3, com alta VPI e alta PSS; e Classe 4, com alta VPI e baixa PSS. A hipótese inicial de que há uma correlação entre VPI e PSS foi parcialmente confirmada, pelas Classes 1 e 4, porém as Classes 2 e 3 sugerem que outras variáveis estão atuando como fatores de risco para a exposição à VPI.

A Classe 1, com alta PSS e baixa VPI, pode ser considerada a mais saudável das classes observadas. A alta PSS, de acordo Watson et al. (2016) e Hall (2017), auxilia na manutenção da saúde mental da população lésbica e na diminuição da probabilidade de ocorrência de VPI. Hall (2017) sugeriu que suporte social, como de amigos e família, são considerados fatores protetivos contra a depressão na população LGB. Watson et al. (2016) reforçaram tais achados, indicando que menores índices de depressão em mulheres lésbicas estava correlacionado com maiores índices de suporte social, principalmente de família e amigos. Assim, os dados encontrados na Classe 1 sugerem não apenas menor prevalência de VPI, como também indicadores de saúde mental.

Complementarmente, Al-Khouja et al. (2021) indicaram que o suporte social auxilia na diminuição da homofobia internalizada, assim como no aumento da autoestima e bem-estar de indivíduos LGB. Além disso, o estudo de Terrell e Dugger (2018) correlacionou suporte social com a satisfação no relacionamento em mulheres lésbicas. Os resultados evidenciaram que o suporte social auxilia a construção de relacionamentos mais saudáveis e significativos, assim como afeta positivamente a saúde mental dessas mulheres (Terrell & Dugger, 2018). Embora sejam necessários estudos complementares, os achados do presente estudo, as indicações da literatura especializada e as características da Classe 1 sugerem que redução da homofobia internalizada, satisfação com o relacionamento e a presença de suporte social podem reduzir a VPI em relacionamentos homossexuais de mulheres.

A Classe 2, com baixa PSS e baixa VPI, compõe o grupo com maior número de participantes. A baixa PSS pode estar relacionada com a dificuldade de mulheres lésbicas constituírem rede de apoio e proteção. Gorczynski e Fasoli (2021) indicaram que indivíduos pertencentes a comunidade LGB reportam maiores índices de solidão, quando comparado a heterossexuais. Além disso, Garcia et al. (2019) evidenciaram que jovens LGB apresentam autoestima, saúde mental e bem-estar mais elevados, quando há um sentimento de pertencimento e conectividade com uma rede apoio.

A homofobia estrutural, a homofobia internalizada e o medo de represália pela orientação sexual podem influenciar a dificuldade em constituir rede de apoio pelas mulheres da Classe 2. A homofobia estrutural configura-se por atitudes negativas referentes a pessoas homossexuais, como estereótipos negativos, preconceitos e mitos, que afetam o campo social, de segurança e de direitos destes indivíduos (Madžarević & Soto-Sanfiel 2018; Sobral et al., 2019; Santos Alencar, et al., 2018). Já a homofobia internalizada pode ser definida como a internalização dos estigmas e concepções negativas referentes a própria sexualidade (Totenhagen et al., 2018). O fato de os indivíduos estar mais seguro em relação a sua

homossexualidade, por exemplo, ter a orientação sexual assumida (“estar fora do armário”), está positivamente associada com a aceitação e percepção de suporte social (Totenhagen et al., 2018).

É necessário frisar que a coleta desta pesquisa confirmatória foi realizada no primeiro ano da pandemia da COVID-19 no Brasil. Moore et al. (2021) evidenciaram que comunidade LGB apresentava menores níveis de PSS quando comparada com pessoas heterossexuais durante o isolamento social. Os pesquisadores sugerem que a pandemia restringiu consideravelmente o acesso da comunidade LGB a sua rede de apoio (Moore et al., 2021). Além disso, existe a possibilidade de algumas participantes da Classe 2 terem respondido os instrumentos na presença de uma parceira agressora, o que pode ter afetado os resultados. O isolamento social também propiciou condições para aumento da vulnerabilidade de vítimas de VPI e de comportamentos controladores de parceiros agressores (Moreira & Costa, 2020).

A naturalização das situações de violência é outra hipótese que pode explicar a Classe 2. Thulin et al. (2020) indicaram que há normalização de violência no relacionamento em casais que moram em bairros e comunidades mais violentas e com baixas oportunidades de integração social. Em relacionamentos homossexuais de mulheres, Sanger e Lynch (2017) evidenciaram que casais que apresentam papéis de gênero heteronormativos normalizam comportamentos violentos, quando a agressora é considerada a parte “masculina” da relação. Na mesma direção, a parte considerada “feminina” é atribuída ao papel de submissa e julga os comportamentos controladores e violentos da outra parceira como demonstrações de amor (Sanger & Lynch, 2017). Dessa forma, algumas participantes podem estar expostas a violência, mas por naturalizarem essas situações, não foi possível detectá-la através dos instrumentos empregados.

As características da Classe 3 refutam a hipótese inicial, pois as participantes apresentaram indicadores de violência alta, assim como alta PSS. Uma hipótese para este

resultado seria a dificuldade dessas mulheres em relatar as experiências abusivas, ainda que exista uma rede de proteção bem estabelecida. A procura por ajuda pode ser outro fator que afetou a Classe 3. Cho et al. (2017) evidenciaram que vítimas de VPI que sofreram diversas formas de violência procuravam menos ajuda, indicando que as consequências na saúde mental e o isolamento social poderiam explicar esse fenômeno. Além disso, essas vítimas dependiam de outros fatores para buscar ajuda, como as consequências da violência e questões de gênero (Cho et al., 2017).

No contexto do presente estudo, é importante ressaltar que, ainda que as vítimas sejam mulheres, elas estão em um relacionamento homossexual, portanto, enfrentam a possibilidade de revitimização ao buscar ajuda formal, podendo afetar a sua motivação de procurar este tipo de assistência (Rollè et al., 2018). Na mesma direção, Scheer e Baams (2019) indicaram que pessoas LGB podem apresentar baixa procura de ajuda, ainda que estejam sofrendo altos índices de VPI. Portanto, os pesquisadores ressaltaram a importância de as instituições e profissionais estarem preparados para o acolhimento de vítimas LGB que sofreram violência (Scheer & Baams, 2019). Assim, levanta-se como hipótese, no caso da Classe 3, que apesar das participantes relatarem dispor de uma rede de apoio social, o tema da violência não é abordado, o que explicaria os altos índices de violência da classe.

Dessa forma, campanhas e movimentos sociais que promovam a conscientização sobre a violência em relacionamentos íntimos são de extrema importância. Entre as movimentações recentes, a #MeToo gerou grande engajamento em 2017. Essa *hashtag* se popularizou com mulheres relatando situações de assédio sexual e outros tipos de violência, promovendo o debate sobre estes temas em redes sociais (Gomez Bravo et al., 2019). Sobiesiak et al. (2020) indicaram um impacto positivo na procura de ajuda após a movimentação #MeToo, sugerindo que as discussões acerca das violências podem ter aumentado a conscientização das vítimas, encorajando-as a procurar por assistência. No Brasil, movimentos como “Meu amigo secreto”

e “Meu primeiro assédio”, pretenderam relatar e discutir situações de machismo, assédio e violência sofrido por mulheres (Moraes et al., 2017). Entretanto, não há estudos que evidenciem que essas campanhas atingiram e acolheram, da mesma forma, mulheres lésbicas. Portanto, há a necessidade da criação de campanhas voltadas para a realidade psicológica e social de mulheres lésbicas com o objetivo de motivar a discussão e a procura de ajuda neste grupo.

A Classe 4, com baixo PSS e alta VPI, confirma (assim como a Classe 1) a hipótese inicial do estudo. As características desta classe (baixa PSS e altos indicadores de VPI) sugerem que as participantes estão em maior vulnerabilidade e podem sofrer com maiores índices de adoecimento mental, quando comparado com os outros agrupamentos. Miller e Irvin (2016) indicaram que indivíduos LGB estão mais suscetíveis a desenvolver transtornos mentais, quando comparado com indivíduos heterossexuais. Isso acontece principalmente pelos estressores enfrentados pela comunidade LGB, como estigmas, discriminação e vitimização pela orientação sexual, identidade de gênero e violências sofridas (Mongelli et al., 2019). Complementarmente, Miller e Irvin (2016) frisam que indivíduos LGB vítimas de VPI são mais diagnosticados com depressão e ansiedade, quando comparados com indivíduos heterossexuais.

A baixa PSS deste grupo pode dificultar o acesso das vítimas a serviços especializados. Santos et al. (2019) sugerem que vítimas LGB procuram mais por ajuda informal, como amigos e família, do que por ajuda formal. Wolford-Clevenger e Smith (2016) indicam que mulheres vítimas de violência estão em maior risco de desenvolver ou ter comportamentos suicidas. Além disso, Kafka et al. (2020) sugeriram que abusos em relacionamentos podem predizer violências mais graves, como homicídios, suicídios ou outras violências fatais. Portanto, a Classe 4, que apresentou os maiores índices de violência física grave e violência física e

menores índices de suporte social, pode englobar as participantes que estão em maior risco de sofrer alguma fatalidade.

Entre as limitações referentes a este estudo estão as técnicas *snow ball* e a utilização de redes sociais para a coleta de participantes. Tais escolhas podem ter contribuído para baixa representatividade de mulheres pretas, amarelas e indígenas, assim como mulheres que compõem as classes D-E e com menor escolaridade. Diferentes estratégias devem ser empregadas em pesquisas futuras para acolher estes segmentos e aumentar a representatividade. Estudos futuros devem se debruçar na investigação de outras variáveis (sociais e psicológica) que predizem a presença ou ausência de VPI em relacionamentos homossexuais de mulheres. A autoestima, o nível de conhecimento referente a violência, a homofobia internalizada, as habilidades sociais, características da personalidade e as consequências na saúde mental das vítimas são temas a serem explorados. Sem dúvidas, estudos qualitativos também podem contribuir para a análise mais aprofundadas das variáveis investigadas no presente artigo.

Este estudo contribuiu para a investigação do fenômeno da Violência entre Parceiras Íntimas e correlação com a Percepção de Suporte Social em relacionamentos homossexuais de mulheres. Os resultados deste estudo reforçam a complexidade da violência em relacionamentos de mulheres lésbicas, um tema que ainda carece de extensa investigação. A divisão das participantes em quatro classes demonstra que, enquanto a PSS pode compor um dos fatores de proteção contra a VPI, como na Classe 1 e 4, ela não é a única atuante, conforme observado na Classe 2 e 3. Portanto, estudos futuros podem contribuir para a melhor compreensão das lacunas deixadas por esta investigação.

Referências

- Al-Khouja, M., Weinstein, N., & Legate, N. (2021). Long-term mental health correlates of socialsupportive relationships in a lesbian, gay, and bisexual sample. *Psychology & Sexuality, 12*(3), 180-192.
- Arroyo, K., Lundahl, B., Butters, R., Vanderloo, M., & Wood, D. S. (2015). Short-term interventions for survivors of intimate partner violence: A systematic review and meta-analysis. *Trauma, Violence, & Abuse, 18*(2), 155-171.
- Bacchus, L. J., Ranganathan, M., Watts, C., & Devries, K. (2018). Recent intimate partner violence against women and health: a systematic review and meta-analysis of cohort studies. *BMJ open, 8*(7), e019995.
- Badenes-Ribera, L., Sánchez-Meca, J., & Longobardi, C. (2017). The relationship between internalized homophobia and intimate partner violence in same-sex relationships: A meta-analysis. *Trauma, Violence, & Abuse, 20*(3), 331-343.
- Baker, M. (2016). 1,500 scientists lift the lid on reproducibility. News feature. *Nature, 533*, 452–454. <https://doi.org/10.1038/533452a>
- Barros, I. C. D., Sani, A., & Santos, L. (2019). Gender and same-sex intimate partner violence: A systematic literature review. *Trends in Psychology, 27*, 127-139.
- Camerer, C. F., Dreber, A., Holzmeister, F., Ho, T. H., Huber, J., Johannesson, M., ... Wu, H. (2018). Evaluating the replicability of social science experiments in Nature and Science between 2010 and 2015. *Nature Human Behaviour, 2*, 637–644. <https://doi.org/10.1038/s41562-018-0399-z>

- Cho, H., Shamrova, D., Han, J. B., & Levchenko, P. (2017). Patterns of intimate partner violence victimization and survivors' help-seeking. *Journal of Interpersonal Violence, 35*(21-22), 4558-4582.
- Collison, K. L., & Lynam, D. R. (2021). Personality disorders as predictors of intimate partner violence: A meta-analysis. *Clinical psychology review, 102*047.
- Edwards, K. M., & Sylaska, K. M. (2013). The perpetration of intimate partner violence among LGBTQ college youth: the role of minority stress. *J. Youth Adolesc, 42*, 1721–1731. doi: 10.1007/s10964-012-9880-6
- Furukawa, L. Y. A., Pessoa, A. S. G., & Komatsu, A. V. (2022). Lesbian Intimate Partner Violence and Perceived Social Support. *Paidéia (Ribeirão Preto), 36*, e3206. doi:https://doi.org/10.1590/1982-4327e3206
- Garcia, J., Vargas, N., Clark, J. L., Magaña Álvarez, M., Nelons, D. A., & Parker, R. G. (2020). Social isolation and connectedness as determinants of well-being: global evidence mapping focused on LGBTQ youth. *Global public health, 15*(4), 497-519.
- Gomez Bravo, R., Gomez Bravo, M., Lygidakis, C., & Vögele, C. (2019). Social media as an opportunity for public health interventions: The# Metoo movement as an exemplar. *Journal of the International Society for Telemedicine and EHealth, 7*(e5), 1-7.
- Gorczyński, PhD, P., & Fasoli, PhD, F. (2021). Loneliness in sexual minority and heterosexual individuals: a comparative meta-analysis. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health, 1*-18.

- Hall, W. J. (2018). Psychosocial risk and protective factors for depression among lesbian, gay, bisexual, and queer youth: A systematic review. *Journal of homosexuality*, 65(3), 263-316.
- Kafka, J. M., Moracco, K. E., Young, B. R., Taheri, C., Graham, L. M., Macy, R. J., & Proescholdbell, S. K. (2021). Fatalities related to intimate partner violence: Towards a comprehensive perspective. *Injury prevention*, 27(2), 137-144.
- Linzer, D. A., & Lewis, J. B. (2011). polCA: An R Package for Polytomous Variable Latent Class Analysis. *Journal of Statistical Software*, 42(10), 1-29.
<http://www.jstatsoft.org/v42/i10/>.
- Longobardi, C., & Badenes-Ribera, L. (2017). Intimate partner violence in same-sex relationships and the role of sexual minority stressors: A systematic review of the past 10 years. *Journal of Child and Family Studies*, 26(8), 2039-2049.
- Macedo, J. P., Dimenstein, M., Sousa, H. R. D., Costa, A. P. A. D., & Silva, B. Í. D. B. D. M. (2018). A produção científica brasileira sobre apoio social: tendências e invisibilidades. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 11(2), 258-278.
- Madžarević, G., & Soto-Sanfiel, M. T. (2018). Positive representation of gay characters in movies for reducing homophobia. *Sexuality & Culture*, 22(3), 909-930.
- Mascarenhas, M. D. M., Tomaz, G. R., Meneses, G. M. S. D., Rodrigues, M. T. P., Pereira, V. O. D. M., & Corassa, R. B. (2020). Analysis of notifications of intimate partner violence against women, Brazil, 2011-2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23.

- Messinger, A. M. (2011). Invisible victims: Same-sex IPV in the national violence against women survey. *Journal of interpersonal violence*, 26(11), 2228-2243. doi: 10.1177/0886260510383023
- Miller, B., & Irvin, J. (2017). Invisible scars: Comparing the mental health of LGB and heterosexual intimate partner violence survivors. *Journal of homosexuality*, 64(9), 1180-1195. <http://doi.org/10.1080/00918369.2016.1242334>
- Mongelli, F., Perrone, D., Balducci, J., Sacchetti, A., Ferrari, S., Mattei, G., & Galeazzi, G. M. (2019). Minority stress and mental health among LGBT populations: an update on the evidence. *Minerva Psichiatrica*, 60(1), 27-50.
- Moore, S. E., Wierenga, K. L., Prince, D. M., Gillani, B., & Mintz, L. J. (2021). Disproportionate impact of the COVID-19 pandemic on perceived social support, mental health and somatic symptoms in sexual and gender minority populations. *Journal of Homosexuality*, 68(4), 577-591.
- Moraes, G. H. S. M., Boldrin, J., & Silva, D. S. (2017). Participation in Brazilian feminist movements on social networks: a study on the campaign Meu Amigo Secreto (my secret Santa). *Informação & Sociedade*, 27(2).
- Moreira, D. N., & Costa, M. P. (2020). The impact of the Covid-19 pandemic in the precipitation of intimate partner violence. *International journal of law and psychiatry*, 71, 101606.
- Murphy, J., Shevlin, M., & Adamson, G. (2007). A latent class analysis of positive psychosis symptoms based on the British Psychiatric Morbidity Survey. *Personality and Individual Differences*, 42, 1491–1502.

- Nosek, B. A., & Open Science Collaboration. (2015). Estimating the reproducibility of psychological science. *Science*, 349. <https://doi.org/10.1126/science.aac4716>
- Nylund, K. L., Asparouhov, T., & Muthén, B. O. (2007). Deciding on the number of classes in latent class analysis and growth mixture modeling: A Monte Carlo simulation. *Structural Equation Modeling*, 14, 535–569.
- Ogbe, E., Harmon, S., Van den Bergh, R., & Degomme, O. (2020). A systematic review of intimate partner violence interventions focused on improving social support and/mental health outcomes of survivors. *PLoS one*, 15(6), e0235177.
- Paveltchuk, F. O., & Borsa, J. C. (2020). A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. *Revista da SPAGESP*, 21(2), 41-54.
- Pereira, M. E., Azeredo, A., Moreira, D., Brandão, I., & Almeida, F. (2020). Personality characteristics of victims of intimate partner violence: A systematic review. *Aggression and violent behavior*, 52, 101423.
- Rocha, R. Z. D., Galeli, P. R., & Antoni, C. D. (2019). Rede de apoio social e afetiva de mulheres que vivenciaram violência conjugal. *Contextos Clínicos*, 12(1), 124-152.
- Rollè, L., Giardina, G., Caldarera, A. M., Gerino, E., & Brustia, P. (2018). When intimate partner violence meets same sex couples: A review of same sex intimate partner violence. *Frontiers in psychology*, 9, 1506.
- Sanger, N., & Lynch, I. (2018). ‘You have to bow right here’: heteronormative scripts and intimate partner violence in women’s same-sex relationships. *Culture, health & sexuality*, 20(2), 201-217.

- Santos Alencar, R., Ramos, E. M. L. S., & Ramos, M. F. H. (2018). Violência Doméstica nas Relações Lésbicas: Registros da Invisibilidade. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 12(1), 174-186.
- Santos, N. C. R. D., Freitas, R., & Ceara-Silva, G. L. (2019). Violência conjugal lésbica: relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói. *Serviço Social & Sociedade*, 124-141.
- Scheer, J. R., & Baams, L. (2019). Help-seeking patterns among LGBTQ young adults exposed to intimate partner violence victimization. *Journal of interpersonal violence*, 36(17-18), 8050-8069.
- Seelau, S. M., & Seelau, E. P. (2005). Gender-role stereotypes and perceptions of heterosexual, gay and lesbian domestic violence. *Journal of family violence*, 20(6), 363-371.
- Sobiesiak, A., Muldoon, K., Shipeolu, L., Heimerl, M., & Sampsel, K. (2020). MP45: What to do with# MeToo: pre and post presenting patterns of intimate partner violence. *Canadian Journal of Emergency Medicine*, 22(S1), S59-S59.
- Sobral, H. S., Silva, M. L. V., & Fernandes, S. C. S. (2019). Homofobia: o que a psicologia brasileira tem a dizer? Artigo de revisão. *CES Psicología*, 12(3), 20-34.
- Terrell, K. R., & Dugger, S. M. (2018). Exploring the relationship among mental health concerns, social support, and relationship satisfaction in female same-sex couples. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 12(1), 51-65.
- Thulin, E. J., Heinze, J. E., Kusunoki, Y., Hsieh, H. F., & Zimmerman, M. A. (2020). Perceived neighborhood characteristics and experiences of intimate partner violence: A multilevel analysis. *Journal of interpersonal violence*, 0886260520906183.

- Totenhagen, C. J., Randall, A. K., & Lloyd, K. (2018). Stress and relationship functioning in same-sex couples: The vulnerabilities of internalized homophobia and outness. *Family Relations, 67*(3), 399-413.
- Ulloa, E. C., Hammett, J. F., O'Neal, D. N., Lydston, E. E., & Aramburo, L. F. L. (2016). The big five personality traits and intimate partner violence: Findings from a large, nationally representative sample. *Violence and victims, 31*(6), 1100-1115.
- Watson, R. J., Grossman, A. H., & Russell, S. T. (2019). Sources of social support and mental health among LGB youth. *Youth & society, 51*(1), 30-48.
- Whitehead, J., Dawson, M., & Hotton, T. (2020). Same-sex intimate partner violence in Canada: Prevalence, characteristics, and types of incidents reported to police services. *Journal of interpersonal violence, 0886260519897342*.
- Wolford-Clevenger, C., & Smith, P. N. (2017). The conditional indirect effects of suicide attempt history and psychiatric symptoms on the association between intimate partner violence and suicide ideation. *Personality and individual differences, 106*, 46-51.
- Yu, R., Nevado-Holgado, A. J., Molero, Y., D'Onofrio, B. M., Larsson, H., Howard, L. M., & Fazel, S. (2019). Mental disorders and intimate partner violence perpetrated by men towards women: A Swedish population-based longitudinal study. *PLoS medicine, 16*(12), e1002995.
- Žukauskienė, R., Kaniušonytė, G., Bergman, L. R., Bakaitytė, A., & Truskauskaitė-Kunevičienė, I. (2021). The role of social support in identity processes and posttraumatic growth: A study of victims of intimate partner violence. *Journal of interpersonal violence, 36*(15-16), 7599-7624.

Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo caracterizar a VPI, mais especificamente em relacionamentos homossexuais de mulheres; avaliar a função das redes de apoio afetivo e social no rompimento de relacionamentos permeados pela violência e verificar a associação entre a VPI e PSS e variáveis sociodemográficas. Dessa forma, participaram 1057 mulheres lésbicas que responderam instrumentos sobre violência em relacionamento, percepção de suporte social e condições socioeconômicas.

A partir dos dados coletados e da análise do Artigo 1, foi possível observar um estrato específico da população lésbica brasileira: mulheres jovens, brancas, com maior escolaridade e com condições socioeconômicas mais privilegiadas. Este dado dificulta a generalização dos resultados, quando se pensa na realidade da maioria das mulheres brasileiras. Entretanto, o artigo propiciou a desmistificação da ideia de que apenas mulheres pretas e com condições socioeconômicas mais baixas poderiam ser vítimas de violência.

Quando observada a correlação entre VPI e PSS, foram encontradas quatro classes latentes: Classe 1, baixa VPI e alta PSS; Classe 2, baixa VPI e baixa PSS; Classe 3, alta VPI e alta PSS; e Classe 4, alta VPI e baixa PSS. O Artigo 2 demonstrou que a violência não está diretamente relacionada à PSS, como observada na Classe 2 e 3, mas que pode funcionar como fator protetivo para algumas mulheres, como observado na Classe 1 e 4. Dessa forma, é necessário que mais estudos sejam realizados investigando outros fatores protetivos para estas mulheres. Dada à quantidade de participantes, foi possível realizar um estudo confirmatório com uma amostra independente para verificar o que foi encontrado no Artigo 2. Por meio do Artigo 3, foi observado que o padrão encontrado se manteve.

É importante salientar que, ainda que tenha sido possível explorar alguns tipos de violência, a versão do CTS utilizada nesta dissertação não apresenta o escopo de “violência sexual”, trazendo uma limitação nos dados. Além disso, os dados investigados são de natureza

correlacional, impedindo que seja possível fazer inferências de cunho qualitativo. Complementarmente, entende-se que a escassez de produção científica nacional deste assunto dificultou a análise e comparação junto a outros estudos brasileiros.

A coleta de dados online e o método de *snowball sampling* contribuiu para que a população atingida fosse mais privilegiada. É necessário que novos estudos sejam realizados com metodologias diferentes para acolher outras etnias, como de mulheres pretas, indígenas e amarelas, com baixo nível de escolaridade e classe socioeconômica mais baixa. Além disso, seria importante a investigação da violência e PSS na população lésbica mais velha e idosa.

Entretanto, a relação entre as variáveis socioeconômicas, VPI e PSS demonstram que a violência perpassa por todas as camadas sociais, independente de etnia, escolaridade e classe socioeconômica. Tais dados podem ser uma introdução para este tema ser mais discutido e investigado no território brasileiro.

Anexo A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Violência entre parceiras íntimas: caracterização do fenômeno e avaliação da rede de apoio das vítimas

Pesquisador: Alex Sandro Gomes Pessoa

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 31530720.3.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.057.180

Apresentação do Projeto:

O projeto está muito bem escrito e estruturado. Apresenta rica introdução ao problema, definição da justificativa de pesquisa, objetivos claros, metodologia e planejamento rigorosos, cronograma razoável, bem assim referências bibliográficas. Segue abaixo o resumo do projeto:

"A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) é recorrente no cotidiano de muitas mulheres brasileiras. Apesar do reconhecimento dos impactos da VPI, bem como da existência de relacionamentos homoafetivos de mulheres em inúmeras culturas, são escassos estudos que se debruçaram nas experiências de violência vivenciadas nesses relacionamentos, sobretudo no contexto nacional. A ausência de investigações voltados para este segmento ocultam os dados epidemiológicos e mascaram essa realidade nefasta. Levanta-se como hipótese que lésbicas que não têm o devido suporte das redes de apoio podem sofrer mais drasticamente quando estão envolvidas em Violência entre Parceiras Íntimas (VPI), bem como terem mais dificuldades de romper com a parceira agressora. Com base nessas prerrogativas, o objetivo dessa pesquisa é caracterizar a VPI, mais especificamente em relacionamentos homoafetivos de mulheres, bem como avaliar a função das redes de apoio afetivo e social no rompimento de relacionamentos abusivos. Trata-se de uma investigação quanti-qualitativa (mixed-methods), com delineamento transversal, organizada em dois estudos complementares. No Estudo 1, de abordagem quantitativa, está prevista a participação de aproximadamente 200 mulheres que se identificam como lésbicas. A coleta de dados será online e serão utilizados os seguintes instrumentos: i) Questionário Critério Brasil; ii)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Escala Tática de Conflitos Revisada (CTS-2); iii) Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta) (EPSUS-A). Serão utilizadas estatísticas descritivas e correlacionais tanto para caracterizar a ocorrência da violência na população investigada, como para analisar associações entre a disponibilidade ou ausência de rede de apoio para os grupos mais afetados pela VPI. A partir dos dados obtidos nos instrumentos supracitados, será constituído um novo grupo para o Estudo 2, de abordagem qualitativa. As participantes serão àquelas que relataram indicadores de violência mais alarmantes. Nesse estudo, será utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado e o Mapa dos Cinco Campos (MCC). Os dados provenientes desse estudo possibilitarão análises pormenorizadas dos fatores psicossociais que corroboram na perpetuação da VPI em relacionamentos homoafetivos de mulheres, bem como do papel desempenhado pela rede de apoio frente à manutenção ou rompimento desses relacionamentos. Espera-se que esta investigação contribua para o desvelamento de questões obscurecidas no que se refere à manifestação de violência entre parcerias íntimas, bem como subsidie reflexões consistentes sobre o papel da rede de apoio no rompimento da violência nesses relacionamentos".

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos estão descritos de forma clara e encontram-se em consonância ao aparelho conceitual do projeto e ao problema de pesquisa. De acordo com o projeto, o objetivo primário é:

"Caracterizar a violência entre parceiras íntimas, mais especificamente em relacionamentos homoafetivos de mulheres, bem como avaliar a função das redes de apoio afetivo e social no rompimento de relacionamentos permeados pela violência".

Os objetivos secundários são:

- Caracterizar a manifestação da violência em relacionamentos homoafetivos de mulheres, mais especificamente a partir de sua tipologia e frequência.
- Analisar possíveis associações entre a presença da violência nesses relacionamentos e ausência de suporte social às vítimas.
- Verificar fatores psicossociais que contribuíram no rompimento ou manutenção de relacionamentos homoafetivos de mulheres permeados por violência.
- Averiguar as potencialidades e fragilidades nas redes de apoio das mulheres vítimas de violência".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

1) Avaliação dos riscos, medidas de cautela e providências:

"A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas, mas, caso a participante sinta algum desconforto físico ou emocional durante os encontros, poderá ser suspensa a sua

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.057.180

participação na pesquisa e será dado, imediatamente, um encaminhamento para serviços adequados. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à dignidade das participantes”.

2) Avaliação dos benefícios:

“A participante não terá nenhum tipo de despesa ao participar desta pesquisa, assim como nada será pago por sua participação, portanto, todo envolvimento ocorrerá de forma voluntária. A participação na pesquisa contribuirá, direta ou indiretamente, com o campo do conhecimento do tema estudado, proporcionando materiais que poderão auxiliar no estudo da caracterização da violência entre parceiras íntimas, mais especificamente em relacionamentos homoafetivos de mulheres, bem como avaliar a função das redes de apoio afetivo e social no rompimento de relacionamentos abusivos, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa ajudar e averiguar as potencialidades e fragilidades nas redes de apoio das mulheres vítimas de violência”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa apresenta relevância acadêmica e social, na medida em que visa, por meio de metodologia rigorosa e com número significativo de participantes, verificar a configuração específica da violência entre parceiras íntimas em relacionamentos homoafetivos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O termo de consentimento livre e esclarecido está bem escrito e organizado. As pendências indicadas no parecer anterior foram supridas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando o exposto no presente parecer, entendo que o projeto está integralmente em conformidade às exigências dos dispositivos normativos que regem a ética em pesquisa com seres humanos e, por isso, recomendo sua aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1550099.pdf	23/05/2020 15:01:40		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_LeticiaYuki_Corrigido.pdf	23/05/2020 14:46:46	Leticia Yuki de Araujo Furukawa	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9885

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 4.057.180

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_LeticiaYuki_PlataformaBrasil.pdf	06/05/2020 13:25:32	Leticia Yuki de Araujo Furukawa	Aceito
Folha de Rosto	Alex_Folhaderosto.pdf	06/05/2020 12:56:05	Leticia Yuki de Araujo Furukawa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 29 de Maio de 2020

Assinado por:
ADRIANA SANCHES GARCIA DE ARAUJO
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9685

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Letícia Yuki, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar convido você a participar desta pesquisa orientada pelo Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa.

Este estudo tem como objetivo caracterizar situações cotidianas vivenciadas entre parceiras íntimas e avaliar a função da rede de apoio dessa pessoa. O estudo é composto por duas partes. A primeira parte do estudo é constituída por três questionários. Algumas participantes poderão ser convidadas a participar da segunda etapa que é composta por outro instrumento e uma entrevista semiestruturada.

De acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, é garantido o sigilo de informações e divulgação de resultados individuais dos participantes. Caso você queira, poderá solicitar seus resultados individuais e o resultado geral do estudo, pelo endereço de e-mail disponível nesse termo. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (CAAE: 31530720.3.0000.5504).

Apesar de haver possibilidades mínimas de risco, você pode sentir desconforto ao responder a esse instrumento, e a qualquer momento poderá deixar de responder, sem que haja nenhum prejuízo profissional em sua relação com a pesquisadora, tampouco com a Universidade Federal de São Carlos, sendo seus dados excluídos imediatamente da pesquisa.

Sua participação nessa pesquisa pode contribuir para que este estudo traga informações importantes sobre a qualidade e os desafios que mulheres enfrentam em relacionamentos homossexuais, bem como avaliar a função das redes de apoio afetivo e social no rompimento de situações abusivas.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se com a pesquisadora pelo e-mail leticiayaf@estudante.ufscar.br ou contatar diretamente o Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa, pelo telefone (16) 3351-8361.

Anexo C – Critério Brasil

Nome/Código do participante: _____

Idade: _____

Cidade e Estado: _____

Estado civil: _____

As perguntas a seguir são sobre itens do seu domicílio para efeito de classificação econômica. Todos os itens de eletroeletrônicos citados devem estar funcionando, incluindo os que estão guardados. Caso não estejam funcionando, considere apenas se tiver intenção de consertar ou repor nos próximos seis meses.

	Quantidade que possui				
	0	1	2	3	4
Itens de conforto					
Quantidade de automóveis de passeio exclusivamente para uso particular					
Quantidade de empregados mensalistas, considerando apenas os que trabalham pelo menos cinco dias por semana					
Quantidade de máquinas de lavar roupa, excluindo tanquinho					
Quantidade de banheiros					
DVD, incluindo qualquer dispositivo que leia DVD e desconsiderando DVD de automóvel					
Quantidade de geladeiras					
Quantidade de freezers independentes ou parte da geladeira duplex					
Quantidade de microcomputadores, considerando computadores de mesa, laptops, notebooks e netbooks e desconsiderando tablets, palms ou smartphones					
Quantidade de lavadora de louças					
Quantidade de fornos de micro-ondas					
Quantidade de motocicletas, desconsiderando as usadas exclusivamente para uso profissional					
Quantidade de máquinas secadoras de roupas, considerando lava e seca					

A água utilizada neste domicílio é proveniente de?	
1	Rede geral de distribuição
2	Poço ou nascente
3	Outro meio

Considerando o trecho da rua do seu domicílio, você diria que a rua é:	
1	Asfaltada/Pavimentada
2	Terra/Cascalho

Qual é o grau de instrução do chefe da família? Considere como chefe da família a pessoa que contribui com a maior parte da renda do domicílio.

1	Analfabeto / Fundamental I incompleto
2	Fundamental I completo / Fundamental II incompleto
3	Fundamental completo/Médio incompleto
4	Médio completo/Superior incompleto
5	Superior completo

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2018). *Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 16/04/2018*. São Paulo: ABEP. Recuperado de <http://www.abep.org/criterio-brasil>

Anexo D – Escala Tática de Conflitos (Versão Resumida) (CTS)

Mesmo que o casal se dê bem, há momentos em que eles discordam, se aborrecem um com o outro ou simplesmente se desentendem por estarem de mau-humor, cansados, ou por qualquer outra razão. Existem várias formas de se tentar resolver suas diferenças.

Essa seção contém diferentes formas de resolução de conflitos que você pode estar atualmente vivenciando ou ter experienciado em relacionamentos anteriores. Com que frequência essas situações já ocorreram em sua vida?

Formas de resolução de conflitos familiares	Frequência					
	1 vez	2 vezes	3 a 5 vezes	6 a 10 vezes	Mais de 10 vezes	Nenhuma vez
1. Conversou ou tentou argumentar sobre alguma questão;						
2. Insultou ou xingou você;						
3. Recusou-se a falar sobre o assunto ou saiu batendo a porta;						
4. Gritou com você;						
5. Ameaçou bater (com) ou atirar alguma coisa em você;						
6. Jogou/amassou/bateu/chutou alguma coisa na parede, no chão;						
7. Atirou alguma coisa em você;						
8. Empurrou/bateu/chutou/feriu você;						
9. Espancou/tentou estrangular você;						
10. Ameaçou você com uma faca ou uma arma de fogo ou usou uma faca ou arma de fogo contra o outro/você.						

Anexo E - Escala de Percepção do Suporte Social (Versão Adulta) (EPSUS-A)

Estado em que mora: _____ Idade: _____

Sexo: Masculino () Feminino ()

Grau de escolaridade

() Fundamental Incompleto () Fundamental Completo () Médio Incompleto

() Médio Completo () Superior Incompleto () Superior Completo

() Outro. Especificar _____

Estado civil: () solteiro () casado () separado

() recasado () viúvo () outro _____

Profissão: _____

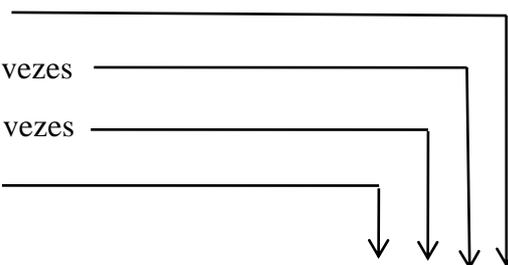
Religião: _____ () Praticante () Não praticante

Posso contar com pessoas que... (3) Sempre

(2) Muitas vezes

(1) Poucas vezes

(0) Nunca



1	Me convidam para atividades sociais				
2	Pagam minhas contas quando tenho um problema financeiro				
3	Me proporcionam situações agradáveis				
4	Compreendem meus problemas				
5	Escutam meus problemas sem me julgar				
6	São agradáveis para se conversar				
7	Respeitam minhas opiniões				
8	Estão ao meu lado quando preciso				
9	Me fornecem alimentação quando preciso.				
10	Demonstram confiança				
11	Auxiliam em momentos de tomadas de decisões em minha vida				
12	Ajudam a comprar a medicação quando estou doente				
13	Me divertem				
14	Me valorizam				
15	Me auxiliam a compreender determinada situação				
16	Proporcionam momentos de descontração				
17	Auxiliam financeiramente quando preciso comprar algo necessário				
18	Escutam meus medos e preocupações				
19	Me convidam para atividades de lazer				
20	Me fazem rir				
21	Entendem meus valores				
22	Me ajudam caso venha a ficar doente				
23	Me convidam para praticar atividades físicas				
24	Demonstram carinho por mim				
25	Comemoram comigo minhas alegrias e conquistas				
26	Conseguem me distrair				

27	Me convidam para viajar				
28	Me elogiam				
29	Fazem contato comigo quando não compareço a um evento social				
30	Preparam minhas refeições quando estou impossibilitado				
31	Discutem meus problemas				
32	Passam momentos agradáveis comigo				
33	Confiam em mim				
34	Se preocupam com meu bem estar				
35	Emprestam dinheiro quando estou com dificuldades financeiras				
36	Ajudam com informações sobre meus planos para o futuro				

Quando você respondeu as questões anteriores, em quantas pessoas você pensou?

nenhuma 1 a 4 pessoas 5 a 7 8 a 10 mais que 10 pessoas

Essas pessoas incluem? Coloque entre parênteses o número de pessoas correspondente.

Por exemplo, se você pensou em 4 pessoas, sendo que desses três são de sua família e um é um amigo(a) de trabalho, escreva 3 na opção família e 1 na opção amigos do trabalho dentro dos parênteses

- | | | |
|-----------------------------------|--|--|
| <input type="checkbox"/> família | <input type="checkbox"/> amigos da escola/universidade | <input type="checkbox"/> amigos do trabalho |
| <input type="checkbox"/> parentes | <input type="checkbox"/> amigos do clube | <input type="checkbox"/> amigos da igreja |
| <input type="checkbox"/> vizinhos | <input type="checkbox"/> amigos em geral | <input type="checkbox"/> Outros. Especificar |
| <input type="checkbox"/> _____ | <input type="checkbox"/> _____ | <input type="checkbox"/> _____ |

Fonte: Baptista, M. N. & Cardoso, H. F. (2010). *Escala de Percepção do Suporte Social (versão adulta)* – EPSUS-A. Relatório técnico. Universidade São Francisco, Itatiba.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Letícia Yuki de Araujo Furukawa, realizada em 26/05/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa (UFSCar)

Prof. Dr. Angelo Brandelli Costa (PUCRS)

Profa. Dra. Normanda Araújo de Moraes (UNIFOR)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia.